



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

**TURISMO RURAL E CULTURA LEITEIRA: INVESTIGANDO A
POTENCIALIDADE DO ESPAÇO RURAL DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE**

SÃO CRISTÓVÃO

2024

VINÍCIUS COSTA GÓIS

**TURISMO RURAL E CULTURA LEITEIRA: INVESTIGANDO A
POTENCIALIDADE DO ESPAÇO RURAL DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos.

SÃO CRISTÓVÃO

2024

VINÍCIUS COSTA GÓIS

**TURISMO RURAL E CULTURA LEITEIRA: INVESTIGANDO A
POTENCIALIDADE DO ESPAÇO RURAL DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE ALCANTARA DE JESUS SANTOS CAM**
Data: 02/12/2024 10:04:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos (DTUR/UFS)

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **JOAB ALMEIDA SILVA**
Data: 06/12/2024 11:39:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joab Almeida Silva (DTUR/UFS)

Avaliador Interno

Documento assinado digitalmente
 **CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS**
Data: 06/12/2024 11:50:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos (IFS)

Avaliadora Externa

APROVADA EM DEFESA PÚBLICA EM

24/10/2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus por ter estado comigo durante todo tempo trazendo-me maturidade e resiliência; aos meus pais, irmãos e demais familiares e amigos que se fizeram presentes desde o início; e a todo corpo docente que desde o primeiro semestre do curso, participaram desta minha primeira etapa acadêmica, em especial a minha orientadora, Cristiane, a qual agradeço imensamente pelas instruções, ao meu orientador de estágio, Joab, e às professoras Laura e Rosana.

A vocês, muito obrigado!

RESUMO

Tendo em vista que a integração entre a agricultura, a pecuária e o turismo se apresentam como forma astuta de subsistência, manutenção e valorização identitária da comunidade autóctone, pesquisa-se sobre a possível relação entre a cultura leiteira e o turismo rural no município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, ao investigar a potencialidade do espaço rural local. Como objetivo central do estudo, foi definida a discussão de meios sustentáveis que dinamizem economicamente as pequenas propriedades rurais produtoras de leite localizadas no município, a partir da unificação entre as atividades agrícolas e o turismo. Para tanto, foi necessário identificar os elementos inerentes ao desenvolvimento do turismo rural, a partir dos critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, discriminar os conceitos das modalidades de turismo realizadas no espaço rural, detectar a compreensão dos produtores quanto a potencialidade da pequena produção leiteira para a prática do turismo rural e a definição de estratégias para aperfeiçoamento da economia do espaço rural sertanejo a partir da pluriatividade. Executa-se então, uma pesquisa aplicada a partir de visitas e realização de entrevistas em campo, tendo bibliografia específica como base fundamental e tipificada como exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e o método por indução. Diante dos resultados, verifica-se que apesar da existência de potencial das propriedades em desenvolverem o turismo rural, em contrapartida as políticas públicas locais em favor do segmento são escassas, o que impõe a constatação da necessidade de uma atuação que incentive a participação do turismo no espaço rural local.

Palavras-chave: Turismo rural; cultura leiteira; pluriatividade; desenvolvimento; Nossa Senhora da Glória.

ABSTRACT

Considering that the integration between agriculture, livestock and tourism are presented as an astute form of subsistence, maintenance and identity enhancement of the autochthonous community, research is carried out on the possible relationship between dairy farming and rural tourism in the municipality of Nossa Senhora da Glória, Sergipe, by investigating the potentiality of the local rural space. As the central objective of the study, it was defined the discussion of sustainable means that economically boost the small rural properties producing milk located in the municipality, from the unification between agricultural activities and tourism. To this end, it was necessary to identify the elements inherent to the development of rural tourism, based on the criteria established by the Ministry of Tourism, to discriminate the concepts of the modalities of tourism carried out in rural areas, to detect the understanding of producers regarding the potential of small milk production for the practice of rural tourism and the definition of strategies to improve the economy of the rural space in the countryside from pluriactivity. An applied research is then carried out from visits and interviews in the field, with specific bibliography as a fundamental basis and typified as exploratory and descriptive, with a qualitative approach and the induction method. In view of the results, it is verified that despite the existence of potential of properties to develop rural tourism, on the other hand, local public policies in favor of the segment are scarce, which imposes the need for an action that encourages the participation of tourism in the local rural space.

Keywords: Rural tourism; dairy farming; pluriactivity; development; Nossa Senhora da Glória.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sergipe – Territórios sergipanos – 2024.....	33
FIGURA 2 - Polos turísticos de Sergipe – 2024.....	34
FIGURA 3 - Rota Caminhos da Serra de Itabaiana / SE.....	45
FIGURA 4 - Logomarca do Circuito dos Umbuzeiros.....	48
FIGURA 5 - Sergipe - Localização do município de Nossa Senhora da Glória, 2024.....	53
FIGURA 6 - Cartaz – Concurso de Queijos do Alto Sertão.....	70
FIGURA 7 - ExpoGlória 2024 – Patrocinadores / organização.....	71
FIGURA 8 - Interrelações entre os atores e setores dos destinos de turismo rural.....	76

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Casarão São Félix – Parte externa.....	42
FOTO 2 - Cachaça Reserva do Barão.....	43
FOTO 3 - Nossa Senhora da Glória – Loja da Queijaria Fazenda Nova, 2024.....	57
FOTO 4 - Nossa Senhora da Glória - Queijaria Fazenda Nova no Circuito dos Umbuzeiros	58
FOTO 5 - Ordenha mecanizada.....	60
FOTO 6 - Silagem armazenada.....	61

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Subdivisões do TER.....	21
QUADRO 2 - Nossa Senhora da Glória - Dados gerais do município.....	54
QUADRO 3 - Eixos PNT – Programas / Planos de operacionalização.....	79
QUADRO 4 - Fluxo de implementação.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O TURISMO RURAL ENQUANTO SEGMENTO TURÍSTICO	16
1.1 Turismo rural / no espaço rural: conceitos	16
1.2 Aderência ao turismo pelos pequenos produtores.....	21
1.3 A Pluriatividade rural.....	24
1.4 Turismo rural e sustentabilidade.....	27
CAPÍTULO 2 - TURISMO RURAL EM SERGIPE	32
2.1 Contextualizando o turismo no território sergipano.....	32
2.2 O Turismo pós-pandemia de Covid-19	36
2.3 Identificação local do turismo rural	38
2.3.1 Rota do Engenho - SE	41
2.3.2 Rota caminhos da Serra de Itabaiana.....	44
2.4 Turismo rural no alto sertão sergipano: realidade e potencialidades	47
CAPÍTULO 3 - PROPRIEDADES RURAIS E A CULTURA LEITEIRA EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	52
3.1 Caracterização do município de Nossa Senhora da Glória	52
3.2 Fase preparatória da pesquisa de campo.....	56
3.3 Compreensão dos pequenos produtores em relação ao TER.....	59
CAPÍTULO 4 - ESTRATÉGIAS PARA ECONOMIA DO ESPAÇO RURAL SERTANEJO A PARTIR DA PLURIATIVIDADE E O TURISMO	65
4.1 O turismo nas pequenas propriedades rurais como agente do fortalecimento social, cultural e econômico.....	65
4.2 Envolvimento da comunidade autóctone em favor do desenvolvimento do turismo rural.....	67
4.3 Políticas públicas de turismo no município de Nossa Senhora da Glória.....	68
4.4 Desenvolvimento do turismo rural na propriedade familiar	72
4.4.1 Identificação de recursos para o incremento do TER.....	74
4.4.2 Estabelecimento de parcerias	75
4.4.3 Incentivos ao desenvolvimento do segmento.....	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 85

APÊNDICE

INTRODUÇÃO

O meio rural tem passado por expressivas transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de modernização e inserção da tecnologia nas atividades agropecuárias (Brasil, 2010). Diante disso, as ditas atividades vêm enfrentando problemas, a exemplo da dissolução das formas tradicionais de articulação da produção rural e, conseqüentemente, desvalorização em relação a outras atividades econômicas, levando os agricultores a buscarem novas fontes de renda que gerem a dinamização econômica dos territórios rurais que habitam.

Estando diante deste cenário, os camponeses vêm deixando de estarem somente como produtores de matéria-prima e acabam aderindo à prática de atividades não-agrícolas, harmonizando mais de uma atividade geradora de renda em sua pequena propriedade.

A valorização e estímulo às formas de ocupação não-agrícolas, no meio rural têm ganhado destaque. O turismo rural ao agregar valor à produção rural e promover as características locais, se apresenta como uma nova forma de empreendedorismo rural (Schneider, 2006).

Segundo Brasil (2022), as atividades do setor de turismo foram primordiais pelo aumento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2022, assim como observou-se essa mesma lógica em diversos países, uma vez que se apresenta entre as maiores atividades produtoras de riqueza e responde por cerca de 10% do PIB mundial (Brida *et al.*, 2008).

Assim sendo, essas famílias, que até então, eram dependentes da agropecuária como forma de sustento e por decorrência das dificuldades enfrentadas, se dispõem em fazerem parte da produção e promoção da atividade turística em suas propriedades, conciliando as tradicionais atividades agrícolas com as não-agrícolas. Esta integração se apresenta como forma astuta de subsistência, manutenção e valorização identitária.

De forma precisa, como ponto de partida desta pesquisa será realizada uma análise que busque identificar o potencial do espaço rural do município de Nossa

Senhora da Glória, Sergipe, tendo como base o que pontua o Ministério do Turismo e outras referências, quanto às características requisitas para a existência do segmento. Assim sendo, com essa análise inicial tornou-se possível definir estratégias para aperfeiçoamento da economia das pequenas propriedades de cultura leiteira a partir da unificação entre o turismo e a agropecuária.

Mediante ao exposto, justifica-se a necessidade do desenvolvimento de pesquisas como esta, bem como a formação de profissionais qualificados e comprometidos que venham a colaborar com um planejamento e execução sustentável da atividade. Pois, ainda que o turismo gere impactos positivos nas regiões receptoras, quando mal planejado e gerido, ele trará prejuízos significativos a essas regiões e comunidades. Desta forma, Nunes (2009) afirma que enquanto algumas estratégias delineadas pelos planejadores e gestores da atividade podem vir a apresentar resultados positivos, em contrapartida, outras poderão ser negativas e dificilmente reversíveis.

Destaca-se ainda a importância para um futuro turismólogo, imersão em estudos como este, quando ao término, será possível a apresentação de um prognóstico que proponha estratégias para dinamização econômica das pequenas propriedades rurais de cultura leiteira do município de Nossa Senhora da Glória, a partir da realização de diagnóstico quanto ao potencial desses espaços em favor do turismo. Tal qual englobará, desde a compreensão dos agricultores quanto aos conceitos de turismo no espaço rural, como também, as carências impeditivas para a adequação e promoção da atividade.

Ao curso de Turismo, é vista a importância desta pesquisa por ser mais uma contribuição discente sobre um tema específico da estrutura curricular dentre a multidisciplinariedade envolvida ao curso, como também para a academia e a sociedade, resultando na disponibilidade de uma bagagem científica e verificada dos problemas e suas possíveis soluções. Ademais, servirá como base ao desenvolvimento de gestões turísticas rurais de excelência e promoção do segmento de forma sustentável no sertão e no estado de Sergipe.

Desta forma, o presente estudo apresenta a seguinte problemática: **as pequenas propriedades rurais produtoras de leite do município de Nossa**

Senhora da Glória, Sergipe, apresentam potencial para conciliação entre as atividades agrícolas e o turismo de forma sustentável? No entanto, para o alcance das respostas deste questionamento, pretendeu-se como objetivo geral discutir meios sustentáveis para dinamização econômica das pequenas propriedades rurais produtoras de leite localizadas no município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, a partir da unificação entre as atividades rurais e o turismo.

Como objetivos específicos, foi buscado identificar os elementos inerentes ao desenvolvimento do turismo rural, a partir dos critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo; discriminar os conceitos das modalidades de turismo realizadas no espaço rural; detectar a compreensão dos produtores quanto a potencialidade da pequena produção leiteira para a prática do turismo rural; definir estratégias para aperfeiçoamento da economia do espaço rural sertanejo a partir da pluriatividade.

A fim de atingir os objetivos propostos iniciou-se uma pesquisa de natureza aplicada, tendo como procedimentos técnicos a realização de entrevistas em campo a pequenos produtores de leite no município e levantamento bibliográfico em literatura nacional e internacional, específica e/ou relacionada ao tema. Essa sondagem deu-se através do Google Acadêmico, por onde foi possível o acesso a livros, revistas, artigos, dissertações, teses, entre outros. Todo esse material bibliográfico alcançado, trouxe um aporte contributivo excepcional para a investigação da problematização aqui existente.

Esta pesquisa define-se como descritiva, uma vez que tem como finalidade a caracterização do espaço rural de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, em relação ao potencial turístico local. Importante mencionar que se aplicou a compreensão dos entrevistados quanto aos conceitos do segmento de turismo rural. Também se caracteriza como exploratória, quando se pretendeu explicar a problemática definida. Esta opção é justificada, quando Campos e Santos (2016) observam que atualmente encontra-se em carência estudos acadêmicos como este, mesmo diante da grande quantidade de propriedades rurais por todo o território brasileiro que executam atividades não-agrícolas e correlatas ao turismo rural. Desta forma, esta pesquisa se coloca como embasamento de referência nesta linha de investigação.

A abordagem qualitativa foi definida, uma vez que pretendeu-se alcançar estratégias incentivadoras do dinamismo econômico no espaço rural, após a adesão do turismo na pequena propriedade de cultura leiteira do município sergipano de Nossa Senhora da Glória. Gerhardt e Silveira (2009) ressaltam que os métodos qualitativos buscam explicar a causa das coisas, manifestando o que deverá ser feito.

Ao que se refere a definição do método de pesquisa, foi utilizado o método indutivo. Segundo Sampaio (2022) é um método baseado na experimentação, o qual parte-se de constatações particulares para fatos abrangentes. Deste modo, aplicando-o neste estudo, quando foram buscadas compreensões gerais sobre que foi observado em cada entrevistado e propriedade.

A escolha do cenário da pesquisa - o espaço rural do município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe -, se deu frente a referência posta ao município quando é considerado como a “bacia leiteira” do estado. Sá *et al.* (2005) destacam que em geral, municípios conhecidos com essa denominação se encontram em áreas semiáridas, do sertão e agreste, tendo como principal característica uma forte presença da produção agrícola familiar, sendo o leite um fator de incentivo à inserção desses pequenos agricultores no mercado

Quando o público-alvo deste estudo versou sobre os pequenos produtores de leite fornecedores da Queijaria Fazenda Nova e que residem nas propriedades rurais, foi promovido um diálogo com o secretário municipal de agricultura na busca da mediação do contato entre o pesquisador e os empresários da queijaria, a fim de que as visitas e entrevistas aos produtores fossem possibilitadas.

Esta etapa ocorreu no mês de agosto de 2024, quando foi buscada a aplicação de 1 (uma) entrevista semiestruturada por propriedade visitada para a obtenção do retrato quanto a compreensão dos produtores frente aos conceitos do segmento de turismo rural, alcançando então, 5 (cinco) entrevistados nesta busca (Apêndice A). Além disso, foram também buscadas discussões com o secretário municipal do turismo, a fim de que fosse identificado como se encontra o gerenciamento das atividades turísticas no município.

Portanto, para contextualização minuciosa do tema, os capítulos desta monografia hão de seguir pela seguinte ordem: no capítulo 1 intitulado “O turismo rural enquanto segmento turístico” são abordados conceitos e modalidades do turismo no espaço rural. No capítulo seguinte “Turismo rural em Sergipe” serão apresentadas as faces e potencialidades do segmento em território sergipano. No terceiro capítulo “Propriedades rurais e a cultura leiteira em Nossa Senhora da Glória” serão explanadas as características das pequenas propriedades de cultura leiteira do município frente ao conceito de pluriatividade rural, bem como o incentivo da mesma à produção familiar local. No capítulo 4 intitulado “Estratégias para economia do espaço rural sertanejo a partir da pluriatividade e o turismo” são definidos os meios dinamizadores da economia rural sertaneja, a partir da participação do turismo na pequena propriedade de cultura leiteira. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO 1

O TURISMO RURAL ENQUANTO SEGMENTO TURÍSTICO

Fundamentado em produções científicas e institucionais, este capítulo inicia a apresentação da pesquisa abordando um conjunto de conceitos e modalidades de turismo no espaço rural brasileiro, bem como eventos que, como consequência, provocam os indivíduos a buscarem o ambiente rural e natural para lazer e descanso.

1.1 Turismo rural / no espaço rural: conceitos

O território brasileiro tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, fazendo fronteira com dez países. Seu interior apresenta diversidade de recursos naturais, representados por uma extensa costa marítima, inúmeros rios, lagos, montanhas e fauna e flora diversificada (Brasil, 1994).

O Brasil conta com diversas propriedades rurais, detentoras desses elementos, culturais e naturais, onde podem ser desenvolvidas atividades ligadas ao turismo vivenciado em áreas naturais. Já é notada a existência de inúmeras propriedades espalhadas pelo Brasil, desenvolvendo atividades inerentes ao segmento de turismo rural, quando é promovida a interação do homem urbano com o meio rural e natural (Silva; Francisco; Thomaz, 2010).

O turismo em áreas naturais e/ou rurais advém das necessidades humanas de repouso e bem-estar distante do ambiente urbano rotineiro, tendo em vista que se apresenta como uma possibilidade aos indivíduos que residem nas cidades, em vivenciarem algo diferente, quando a eles, é possibilitado o conhecimento e interação com novas culturas e obtenção de experiências inéditas (Weissbach, 2020).

São necessidades, que cada vez mais, mostram-se decorrentes das expansões descomedidas dos grandes centros urbanos, como o aumento na quantidade de indústrias, pessoas e veículos nestes espaços, causando exaustão nos indivíduos que ali residem e, que como escape, recorrem às áreas naturais para que suas necessidades de vivenciar algo distinto do habitual, sejam supridas.

A adoção do espaço rural por essas pessoas, seja para visitas esporádicas ou para moradia, contribuiu para a afirmação deste segmento de turismo (Candioto, 2010). Desta forma, o turismo rural aparece como uma forma de saída, mesmo que momentânea, dessa exaustiva rotina presente nas cidades. “Os turistas estão em busca de lugares onde a paisagem apresente características – naturais e culturais – próprias e onde os residentes possuam um estilo de vida diferente daquele dos visitantes” (Brasil, 2010, p. 11), buscando experiências não encontradas no seu dia a dia.

Assim, frente a crescente quantidade de pessoas que vivem nas grandes cidades e que aderem, ou enxergam, os espaços rurais como ambiente para lazer e descanso, o turismo nestas áreas, converte-se em um segmento de grande potencial, por se tratar de uma possibilidade de imersão em algo amplamente diferente do que se é encontrado nos espaços urbanos.

Weissbach (2020) destaca que o rural apresenta-se sendo um ambiente mais saudável, ao tempo em que possibilita a recuperação das energias gastas na faina diária citadina. Então, o segmento de turismo no espaço rural se converte em possibilidade de diversificação frente às ofertas tradicionais e massificadas, como o turismo de sol e praia (Campos; Santos, 2016).

São fatores que verificam o turismo rural a um segmento turístico com grande potencial, podendo ser promissor ao desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais dos espaços receptores, que o adotam como uma atividade não-agrícola em seu cotidiano.

Frente a todo exposto, é necessário que os conceitos do segmento de turismo rural sejam mais elucidados. O Ministério do Turismo pontua que essas tendências de consumo do rural e natural a partir do turismo, são oportunidades de valorizar a diversidade brasileira e que a oferta deste segmento de turismo deverá “oferecer ao turista a oportunidade de desfrutar das particularidades das propriedades rurais e das peculiaridades da região, especialmente àquelas relacionadas às atividades agropecuárias” (Brasil, 2010, p. 24).

Rosa e Fontana (2023) corroboram, quando que para eles, o turismo rural ocorre, especificamente, em áreas rurais, onde os visitantes contatam diretamente a natureza, as pessoas e as lidas rurais locais. Assim sendo, verifica-se que essas possibilidades de prestação de serviços no espaço rural, além de agregar valor às produções agrícolas, vêm a proporcionar valorização das peculiaridades locais e ambientais do espaço rural receptor (Schneider, 2006).

Para Arenhart e Fontana (2019), o comprometimento com a agropecuária, a partir de uma imersão e participação efetiva dos turistas nesta atividade, é requisito para que a propriedade seja considerada um empreendimento de turismo rural. A partir desta afirmação, é verificado que o turismo produzido e promovido baseado nos princípios da sustentabilidade e na redução de impactos negativos, se aloca no espaço rural como importante indutor do desenvolvimento social, agrário e econômico.

Claramente, é visto que a motivação fundamental do turismo rural é pertinente aos aspectos do patrimônio, bem como dependente deles. São elementos que amplamente envolvem natureza, cultura, arquitetura, gastronomia, história, entre outros elementos próprios de um território e do povo que ali reside (Strassburger; Coltre; Ferreira, 2022).

A vivência imersiva em um rural autêntico, é essencial para a ocorrência da atividade. É um segmento de turismo representado pelo contato direto com o ambiente espacial rural. Brasil (2010, p. 14) conclui, explicando o crescimento do turismo rural no país, pois para o órgão, os indivíduos urbanos,

viajam com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos. Isso somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos.

Candiotto (2010), Tulik (2010) e Sebrae (2023a) são unânimes quando analisaram os fatores no espaço rural que mais atraem aos turistas e reforçam que estes se encontram entre as possibilidades de vivenciar experiências reais no

campo, buscando o contato com a natureza e aproximação com a comunidade local receptora e seu modo de vida.

Millan e Costa (2021, p. 399) afirmam que ao turista entusiasmado no campo e pelo que espera da experiência rural,

é interessante a opção de hospedagem [...] nas propriedades de agricultores familiares para vivenciar seu dia a dia (tirar leite, tomar o leite recém tirado, recolher ovos, alimentar os animais, acompanhar a lida de campo como a tosquia da ovelha, a encilha do cavalo, comer a comida típica da região, ouvir a história e os contos das famílias etc.).

Concorda-se então, que dentre as atividades econômicas não-agrícolas possíveis de serem adotadas e implantadas no espaço rural, a de mais destaque é a atividade turística. Neste momento, cabe que sejam trazidas algumas apreciações acerca do turismo nos espaços rurais e naturais.

Silva (2006, p. 4) vem a designar o turismo no espaço rural (TER) como um “conjunto de modalidades de hospedagem em zonas rurais, orientadas para a exploração dos recursos naturais e culturais das mesmas”. Já em uma vertente mais específica, liderada por Page e Getz (1997), Weissbach (2020) afirma que as definições de turismo em espaços naturais são subdivisões do TER, uma vez que se concerne em formas de turismo realizadas em ambientes não-urbanos.

Para alguns pesquisadores, o TER e/ou turismo em áreas rurais (TAR), são sinônimos de turismo rural, sendo utilizados com bastante frequência em alguns países pioneiros do continente europeu, a exemplo de Portugal, França, Espanha e Itália, embora haja considerações de que o turismo rural, deverá ser baseado apenas em atividades com direta ligação com conteúdo ou autenticidade rural (Tulik, 2010).

Weissbach (2020, p. 59 – 60) inclui o TAR entre as categorias do TER, distribuindo-as da seguinte forma:

Turismo em áreas rurais (TAR) - turismo realizado em ambiente rural que foi alvo de interferência humana para que a atividade acontecesse (denota infraestrutura específica). **Turismo no Meio Rural (TMR)** – turismo que se vale dos elementos pré-existentes no mundo rural, antes da atividade turística. Em outras palavras, esta modalidade prioriza a infraestrutura que já existia, no entanto, esses elementos são adaptados com a finalidade turística. **Turismo na Natureza (TN)** – segmentação turística que [...]

distingue-se do TAR e do TMR pelo fato de que depende, fundamentalmente, dos elementos naturais para a sua ocorrência.

Em concordância com a explanação acima, que considera o TER como todas as possíveis formas de turismo em áreas não-urbanas, colocando-o como sinônimo de turismo rural, Page e Getz (1997 *apud* Tulik, 2010) simplificam, quando consideram que o conjunto de atividades exercidas no meio rural ou natural, não reduzindo-se a algumas esferas, representam efetivamente o segmento de turismo aqui investigado.

Apresentando-se mais específico e limitado, Pimentel (2003) considera que o segmento de turismo rural, é melhor representado pelo agroturismo. Ele pondera que qualquer atividade de lazer e recreação possíveis de serem praticadas no meio rural, poderá associada ao TER, já atividades de lazer praticadas no campo e coesas à produção agropecuária e às lidas rurais, que utilizam os recursos naturais e se integram aos aspectos culturais da localidade, são consideradas, efetivamente, consoantes ao segmento de turismo rural.

A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) concorda com a vertente compartilhada por Pimentel (2003), quando afirma que para a existência deste segmento de turismo, deve-se haver o comprometimento com as atividades agropecuárias, e que como resultado, seja agregado valor aos produtos e serviços, e que o patrimônio cultural e natural da comunidade seja resgatado e promovido a um bem social.

Nesta mesma perspectiva, o Ministério do Turismo, através da revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar, defende que o conceito de Turismo Rural,

contempla uma diferenciação em relação ao Turismo no Espaço Rural, que diz respeito a práticas turísticas que ocorrem no espaço rural, mas não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Estas atividades podem se referir a “várias modalidades definidas com base na oferta: turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo (Brasil, 2007, p. 5).

Assim, Pimentel (2003) e Brasil (2007) em conformidade, afirmam que turismo rural é o conjunto de atividades de lazer, recreação ou imersão, que são desenvolvidas no meio rural, devendo-se estarem comprometidas com a

agropecuária, agregando valor aos serviços e produtos locais e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade receptora.

Para exemplificar a contribuição apresentada por Weissbach (2020) anteriormente, é possível observar no quadro 1, classificações e exemplos de práticas existentes, ou possíveis em cada uma das segmentações incluídas no TER apresentadas pelo autor. São possibilidades de imersão turística no espaço rural e natural.

Quadro 1: Subdivisões do TER

TAR	TMR	TN
<ul style="list-style-type: none"> • Eventos • hotel-fazenda • spas • parques aquáticos • segunda residência • camping • pesque-pague • restaurantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Agroturismo • hotel-fazenda • museu rural • pousada rural • casas coloniais lidas rurais • sítios de produção • agroindústrias artesanais 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo ecológico • ecoturismo • campismo • arborismo • trilhas • escalada • rapel • descida em corredeiras

Fonte: Weissbach, 2020.

Face ao apresentado na síntese acima, observa-se que há uma diversidade de possibilidades de vivência no espaço rural e/ou natural, a partir de diferentes segmentações, e que, segundo Weissbach (2020), a prática do turismo rural seja exercitada, tais como: turismo cultural, náutico, gastronômico, de aventura, ecoturismo, dentre outros.

1.2 Aderência ao turismo pelos pequenos produtores

Para claro conhecimento do objeto desta pesquisa, necessita-se de um afunilamento diante do apresentado no quadro 1, e que seja considerada uma das esferas do TER para melhor investigação e que tenha seus conceitos mais elucidados. Contudo, previamente, é válido que sejam conhecidas as motivações

pelos quais os pequenos produtores optam por inserirem em suas propriedades, atividades econômicas distintas das do campesinato tradicional, como a agricultura e a pecuária. Acerca disso, Schneider (2006, p. 2 - 3) pontua que:

A expansão do turismo nas áreas rurais pode ser compreendida, de um lado, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não-agrícolas uma destas dimensões. Por outro lado, contudo, há que se lembrar das mudanças sociais relacionadas à redução das jornadas de trabalho promovidas pelos incrementos tecnológicos crescentes e o aumento do tempo livre dos indivíduos [...].

Observa-se que a promoção e prática do segmento de turismo em espaços ou em áreas rurais, vêm ocorrendo tanto no Brasil, como em diversos países (Souza; Klein; Rodrigues, 2019), a exemplo de Portugal, França, Espanha e Itália, que segundo Tulik (2010), são países com áreas pioneiras na prática do turismo rural.

A literatura observa que a adoção ao turismo nos espaços rurais, deriva-se a partir dos problemas em que as atividades agropecuárias têm enfrentado, com uma produção e sua articulação de forma desarticulada, causando uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades econômicas da contemporaneidade (Brasil, 2010), como também, a mecanização da produção e a introdução de tecnologias que substituíram e pouparam a mão de obra humana tradicional (Ferreira *et al.* 2006) levando aos produtores familiares a buscarem novas fontes de rendimento e subsistência econômica a suas propriedades rurais e aos seus grupos familiares.

Assim, diante dessas constatações, Araújo (2010) afirma que não é mais possível que as tradicionais atividades agrícolas, sejam a única base econômica e de subsistência das famílias que residem no meio rural.

Miecoanski, Canterle e Ceretta (2018, p. 644) afirmam que,

[...] o meio rural tem passado por grandes alterações devido ao ideal de maior produtividade e eficiência, ou seja, um maior aproveitamento das áreas de plantio utilizando menos recursos e produzindo mais. Para isso, o agricultor precisa investir em implementos agrícolas modernos, muitas vezes caros e inadequados às especificidades da atividade. Essas dificuldades de adequação às novas tecnologias são determinantes para a continuidade do agricultor no campo.

É possível observar que eventos como este de resistência, aparece em resposta dessas famílias que, veementemente, tem mostrado o desejo de se manterem no meio rural, mesmo quando a propriedade não venha a garantir subsistência contínua das mesmas naquele espaço, sendo necessário adaptar-se à inserção tecnológica e custeando-a, ou buscar fora da agropecuária alternativas de dinamização econômica e permanência no campo (Silva, 2015).

São considerações confirmadas por Schneider (2006), uma vez que para o autor, o crescimento expressivo do turismo em áreas rurais nas últimas décadas no Brasil, é pertinente às transformações gerais e contemporâneas da sociedade, sendo modificações decorrentes do processo de globalização.

A dinamização econômica do espaço rural, é excepcional para a manutenção da produção familiar no campo brasileiro. Para Strassburger, Coltre e Ferreira (2022, p. 4), este é um modelo em que “[...] a propriedade e o trabalho estão associados à família, e que a combinação desses fatores resulta em características próprias na forma de agir econômica e socialmente”.

Schneider (2016) complementa, pois para ele é uma dinâmica social de trabalho rural produtivo, situada em um recorte espacial geográfico, que incide na interação de um grupo familiar, podendo estar ligados por laços de parentesco ou pela terra, do mesmo modo com outros grupos.

Em síntese, a produção rural familiar é caracterizada pelo trabalho em família na lida agropecuária, sendo que os próprios integrantes do grupo são os responsáveis pela gerência da produção e da propriedade, sendo esta, posse da família. Esta tipificação diverge do modelo denominado como patronal, onde há uma completa divisão entre gestão e operação, apresentando organização centralizada e predomínio do trabalho assalariado (Veiga, 2001).

Em análise às dificuldades apresentadas perante as atividades agrícolas familiares, observa-se que ao mesmo tempo em que o agricultor é recriado de forma subordinada às inovações presentes no meio rural, ele é forçado a buscar outras formas de alcançar a sua estabilidade econômica, a partir de formações e/ou especializações alinhadas a outros diferentes campos econômicos (Piran, 2001).

Frente a isto, os agricultores se veem na possibilidade de empreender em atividades, que não obrigatoriamente, estejam diretamente relacionadas com o campo, se dispondo a fazerem parte da produção e promoção do turismo em suas áreas de residência, mesmo com precários, ou inexistentes incentivos públicos.

A partir daí, vê-se o turismo, entre as principais atividades não-agrícolas dinamizadoras da economia rural, devido à propagação de espaços de lazer. Segundo Marafon (2014) o turismo traz consigo uma singular necessidade de pessoas para dar sustentação à expansão da atividade no espaço rural, o que possibilita que os membros das famílias rurais, liberados das atividades rotineiras agrícolas, venham a ocuparem vagas geradas pela expansão do turismo rural e/ou das atividades industriais no espaço rural.

Spanevello *et al.* (2019, p. 251) corroboram ao afirmarem que,

As atividades não-agrícolas têm se tornado importante alternativa geradora de renda para a população que reside no meio rural, especialmente aquela pertencente à agricultura familiar. Os agricultores familiares e suas famílias têm sido atraídos cada vez mais para ocupar distintos postos de trabalho, além do agrícola, tais como turismo rural, agroindustrialização, comércio e prestação de serviços.

Observa-se que são eventos advindos do macroambiente, incontroláveis pelo produtor rural. A ciência analisa esta situação e considera a pluriatividade rural como possibilidade de resgate da renda familiar, a partir da adoção de múltiplas atividades numa mesma propriedade. Portanto, considerando como proveitosa a adesão dos produtores e territórios rurais ao fenômeno.

1.3 A Pluriatividade rural

Para Schneider (2006) a pluriatividade nas propriedades rurais, vem a representar uma diversificação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, podendo promover a propriedade rural a um atrativo eminente do segmento de turismo rural, onde uma multiplicidade de serviços e produtos poderão ser ofertados naquele espaço. Igualmente, o fenômeno promove a unificação de diferentes culturas, oferta e comercialização de distintos serviços e produtos em uma mesma propriedade.

Neste contexto, convém considerar a visão de Mattei (2006), quando o autor afirma que já é visível as mudanças referentes à dinamicidade do trabalho agrícola,

seja pelo crescente número de indivíduos advindos de famílias de agricultores e que possuem renda produzida externamente às propriedades rurais, como também, pela combinação de distintas atividades econômicas dentro das propriedades rurais, como o turismo.

Anjos (2003) reforça essa ideia quando define a pluriatividade como uma estratégia que se desenvolve mediante a conciliação de rendas agrícolas realizadas dentro das propriedades utilizando-se da agricultura ou pecuária, e a renda não-agrícola, como atividades externas à agropecuária, porém, que se valem desta para seu exercício, como exemplo, o turismo rural. Campanhola e Silva (2000) considerando os resultados de uma pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR), afirmaram que a quantidade de produtores rurais exercendo atividades não-agrícolas dobrou na década de 90.

Portanto, a adoção da pluriatividade rural pelo pequeno agricultor, representa a diversificação das atividades econômicas exercidas pelo seu grupo familiar, podendo ser desempenhadas tanto no espaço rural que residem, como em externo a este, mas mantendo o campo como local de moradia.

Nesta perspectiva, com a inserção da atividade turística, espera-se a dinamização destes espaços através da conjunção de diferentes atividades econômicas possíveis de serem realizadas no campo. Assim, a partir das contribuições, conclui-se que, o fenômeno em questão é representado pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma propriedade. Para Weissbach (2020), este dinamismo, compõe a População Economicamente Ativa (PEA) dos territórios rurais.

O mesmo autor complementa afirmando que,

uma atividade econômica ligada ao setor de serviços tem marcado presença no espaço rural: o turismo, que inclusive tem servido de parâmetro para a consideração de um “novo rural” e tem sido visto pelos produtores rurais como uma alternativa para melhorar positivamente suas vidas (Weissbach, 2020, p. 10).

É cabível que este fenômeno que proporciona aos produtores rurais a combinação e inclusão de outras atividades, que não-obrigatoriamente sejam as agrícolas, seja considerado essencial ao desenvolvimento rural contemporâneo, ao

considerarmos os impactos vindos com a modernização nas formas de cultivo, como o uso de maquinário, que se apresentou substituindo o trabalho braçal, e que apesar de árduo, ainda permanece como forma de subsistência de muitas famílias camponesas.

Assim sendo, a modernização inserida na agropecuária, se aloca como um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares em suas propriedades, sendo a adoção da pluriatividade como a melhor forma de atingir a multiplicidade das formas de trabalho e, conseqüentemente, servir de incremento na renda de subsistência do grupo familiar (Schneider, 2003).

Para Silva, Francisco e Thomaz (2010) o turismo rural tem se estabelecido em um dos principais segmentos da competitividade turística, pois, ao mesmo tempo em que há “[...] o produtor com a necessidade de adicionar valores a seus produtos e buscar novas fontes de renda a sua produção, tem-se o turista cansado da vida agitada e estressante da cidade, buscando o descanso na área rural [...]” (Silva; Francisco; Thomaz, 2010, p. 23).

Considera-se estratégica a adoção do turismo pelos agricultores, visto que, ao mesmo tempo em que ela promove o desenvolvimento do meio rural, ao agregar valor às culturas e produções rurais, também possibilita a inserção profissional da juventude que ainda reside e resiste no espaço rural.

O Turismo Rural pode ser percebido como um vetor de desenvolvimento e promotor da revalorização deste território e dos grupos sociais que o constituem. Esta atividade, ao mesmo tempo em que se enquadra enquanto segmento profissional que colabora na geração de renda, melhorias na infraestrutura e na oferta de serviços, auxilia também na própria permanência dos indivíduos no campo (Bariviera; Deggerone, 2020, p. 199).

Com isto, a pluriatividade tem vasta significância que vai além da econômica, sendo um revés de reprodução social, garantindo a essas famílias inseridas na pequena produção rural, além da permanência de conexão à terra, uma maior estabilidade na reprodução familiar frente às incertezas do mercado de trabalho (Nascimento, 2005).

Assim, a pluriatividade rural é considerada quão intensamente um caminho para fortalecimento econômico das comunidades rurais, bem como aprimoramento e

manejo do sentimento de pertencimento das famílias residentes e permanência nas áreas rurais.

1.4 Turismo rural e sustentabilidade

É ratificada a imersão desta pesquisa ao espaço rural do município de Nossa Senhora da Glória, no alto sertão sergipano, identificando como a produção leiteira nas propriedades familiares, pode vir a ser bem aproveitada para a promoção do turismo rural. A cultura leiteira é característica tradicional deste município e em alguns municípios circunvizinhos, a exemplo de Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora de Aparecida.

Parra, Silva e Chehade (2007) ressaltam que quando as famílias de agricultores se dispõem a compartilhar sua rotina no campo com os cidadãos, o fluxo turístico nesses espaços é correlato à modalidade de agroturismo. As referidas autoras em consonância com Campanhola (2000), Silva (2000) e Tulik (2010), notam que as expressões turismo no meio rural, representam amplitude maior de possibilidades no espaço natural, agregando qualquer atividade de lazer no campo, e que vão além do agroturismo. Porém, nesta pesquisa, a imersão acadêmica à modalidade citada, é necessária para o cumprimento dos objetivos inicialmente delineados.

Na mesma perspectiva, Candiotto e Tulik (2010) entendem que o agroturismo têm como principais motivos de atração: as atividades agropecuárias, a produção agrícola e o modo de vida do agricultor e produtor rural. Ou seja, indivíduos da cidade, interagindo e participando diretamente da lida agropecuária e vivenciando uma rotina rural autêntica. Diante disso e com base no exposto no quadro 1, esta pesquisa irá considerar os elementos e as características alinhadas ao TMR.

Para Weissbach (2020), é uma subdivisão do TER que vem a aproveitar os elementos pré-existentes no espaço rural, utilizando-se da infraestrutura existente e adaptando-a com desígnio turístico, sendo que é um segmento de turismo que em sua essência, é realizado junto à oferta de outros serviços, equipamentos e produtos. Campos e Santos (2009) citam elementos essenciais como: hospedagem, alimentação, equipe de recepção, atividades pedagógicas vinculadas ao campesinato, dentre outros.

Exemplificando a afirmação anterior de Weissbach (2020), pode-se citar o acontecido no espaço rural do município de Lages, em Santa Catarina, onde, segundo Tulik (2010) o turismo rural brasileiro teve início há quatro décadas, em 1984. Nesta época foi idealizado um aproveitamento das estruturas de antigas fazendas para receber e alojar os turistas.

No entanto, Tulik (2010) ressalta sobre registros da existência de experiências características do segmento de turismo rural, anteriores à década de 1980, porém, não sendo conhecidas e batizadas com esse rótulo. Assim, diante da vertente liderada pela autora, Lages é considerado como um dos municípios pioneiros, em território brasileiro, onde foram registradas as primeiras experiências turísticas do segmento de turismo rural.

Almeida (2012) discorda, pois para autora, pode ser uma constatação equivocada, pois ela afirma sobre a existência bibliográfica sobre o tema desde o início da década de 80, mais precisamente em 1981. A autora destaca a obra de Lourdes Fellini Sartor, intitulada como “Turismo Rural: uma alternativa de produção”, onde foram relatadas iniciativas de turismo em fazendas de outras localidades das regiões sul e sudeste do país.

Candiotto (2010, p. 5) afirma que o TMR, tende “a ser um turismo mais simples, individualizado, de base local, e, portanto, não levaria a grandes mudanças na configuração da paisagem rural”, ou seja, é uma vertente do TER, porém, pouco impactante ao espaço utilizado por não carecer de demasiadas mudanças no ambiente. Ao TMR é imperativo à valorização da cultura e do modo de vida campesino em um determinado recorte espacial, podendo ser melhor representado pelo agroturismo.

Na mesma linha que Candiotto (2010), Parra, Silva e Chehade (2007) afirmam que o agroturismo é praticado no meio rural por pequenos agricultores familiares e que se encontram dispostos a compartilharem sua lida no campo com os visitantes urbanos.

Trata-se então de uma alternativa proveitosa, pois ao mesmo tempo em que esses agricultores mantêm suas atividades tradicionais na agropecuária, poderão

promovê-las a atração turística e, ao mesmo tempo, ofertar em suas propriedades, produtos e serviços, tais como: hospedagem, alimentos, bebidas, *tours* rurais e, simultaneamente, melhorar a renda de subsistência familiar, como também valorizar e respeitar o meio ambiente e a cultural local.

Pellegrini Filho (2000), Sousa (2020) e Quesado (2020) ratificam quanto as características do agroturismo, para eles, é uma modalidade de turismo que pretende mostrar e incentivar a participação do turista na lida agropecuária, proporcionando o contato direto com as famílias rurais, bem como uma efetiva vivência campesina.

Parra, Silva e Chehade (2007) ressaltam sobre possível inibição dos impactos negativos advindos da atividade turística, que são proporcionados por esta modalidade. As autoras observam que em relação aos benefícios proporcionados ao meio ambiente,

pode-se mencionar o estímulo à conservação ambiental e à multiplicação de espécies de plantas e animais, entre outros, pelo aumento da demanda turística. Economicamente, pode-se mencionar como exemplo de vantagens associadas ao agroturismo, a possibilidade de agregar valor aos produtos agrícolas do estabelecimento e a instalação de indústrias artesanais, por exemplo, para a produção de alimentos regionais típicos (Parra; Silva; Chehade, 2007, p. 2).

É importante frisar que o planejamento turístico prévio ao início da atividade nos espaços, é indispensável para mitigação de possíveis impactos negativos advindos com o fenômeno. Assim, reflexões acerca de um planejamento turístico que tenha a sustentabilidade como a principal premissa, devem estar em prioridade, de forma que políticas e ações para o planejamento, sejam delineadas a buscarem a otimização e promoção dos benefícios e redução dos custos e dos impactos negativos (Irving *et al.*, 2005).

Desta forma, o segmento de turismo rural através da modalidade de agroturismo, deve abranger os aspectos referentes à valorização da cultura local e às atividades econômicas de base familiar, objetivando a sustentabilidade através da redução dos impactos prejudiciais ao social e ambiental.

Arenhart e Fontana (2019) corroboram quando destacam a importância do planejamento turístico no meio rural em prol do desenvolvimento sustentável. As autoras afirmam que,

não é adequado o agricultor iniciar as atividades em sua propriedade de maneira amadora, sem um levantamento inicial e realização de um projeto, sem avaliar o potencial turístico, a capacidade de carga turística do local, os impactos, viabilidade econômica e as adequações necessárias às legislações pertinentes (Arenhart; Fontana, 2019, p. 142).

Desta forma, tornam-se necessários debates técnicos sobre a viabilidade e efeitos da abertura das propriedades rurais à atividade, e assim sendo possibilitado o aproveitamento responsável de elementos valiosos ao turismo presentes no espaço investido, como os atrativos naturais, históricos, culturais e gastronômicos (Candiotto, 2010), ao mesmo tempo em que se promova o desenvolvimento econômico no espaço rural.

No processo de planejamento, colocar os princípios da sustentabilidade como base é indispensável. Lozano (2012) afirma que estes são preceitos harmônicos ao crescimento econômico, à justiça social e à eficiência aos usos dos recursos naturais.

Santos (2021) reforça que o protagonismo social no planejamento, na implementação e avaliação de projetos turísticos, desponta como uma ferramenta intrínseca para o desenvolvimento de um turismo sustentável, carecendo que os promotores e empreendedores do turismo adequem-se à realidade local para que as características naturais e culturais sejam preservadas (Bariviera; Deggerone, 2020), e que assim, busque a promoção do equilíbrio através da preservação das características naturais e culturais.

Para Santos e Campos (2009, n. p.),

Os princípios ambientais do planejamento turístico, em sua maioria, estão relacionados com a preservação da natureza e da integridade das destinações e instalações turísticas. [...] o planejamento pode ajudar a minimizar os impactos negativos gerados em ambientes turísticos, com a finalidade de que uma área possa manter seus atrativos turísticos dentro dos princípios das boas práticas.

Para Beni (2003, p. 7) a atividade turística em consonância à sustentabilidade, busca “[...] refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social

contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais [...]”, estes, sendo preservados para as gerações futuras e que os possíveis prejuízos ao meio ambiente sejam mitigados. Assim, confirma-se que a união de forma contínua entre sustentabilidade e turismo é essencial ao meio.

CAPÍTULO 2

TURISMO RURAL EM SERGIPE

Neste capítulo, serão apresentadas as faces e potencialidades do turismo rural em território sergipano, onde serão abordadas características do espaço rural no interior da unidade federativa. Para isto, houve a busca de produções literárias desenvolvidas por autores, órgãos e instituições que centralizaram seus esforços na investigação de municípios e/ou propriedades rurais, que são detentoras de potencial turístico em seus espaços de produção econômica a partir do fenômeno da pluriatividade no meio rural.

2.1 Contextualizando o turismo no território sergipano

O estado de Sergipe, em sua dinâmica espacial e ampla posse de recursos naturais e culturais, oferece aos atores do turismo diversas opções de empreendedorismo em todo seu território, considerando o processo de segmentação turística, a dizer: atividades de lazer correlatas ao turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo náutico, de negócios e eventos e o turismo rural.

Campos e Santos (2016, p. 95) afirmam que o turismo rural é praticado em um ambiente incorporador de aspectos relacionados à “contemplação da natureza, ao turismo de aventura e ao ecoturismo”. Essa multiplicidade em possibilidades de lazer, proporciona aos visitantes a conexão com a cultura e práticas sociais locais, bem como usufruto dos recursos naturais presentes nos destinos rurais e turísticos sergipanos.

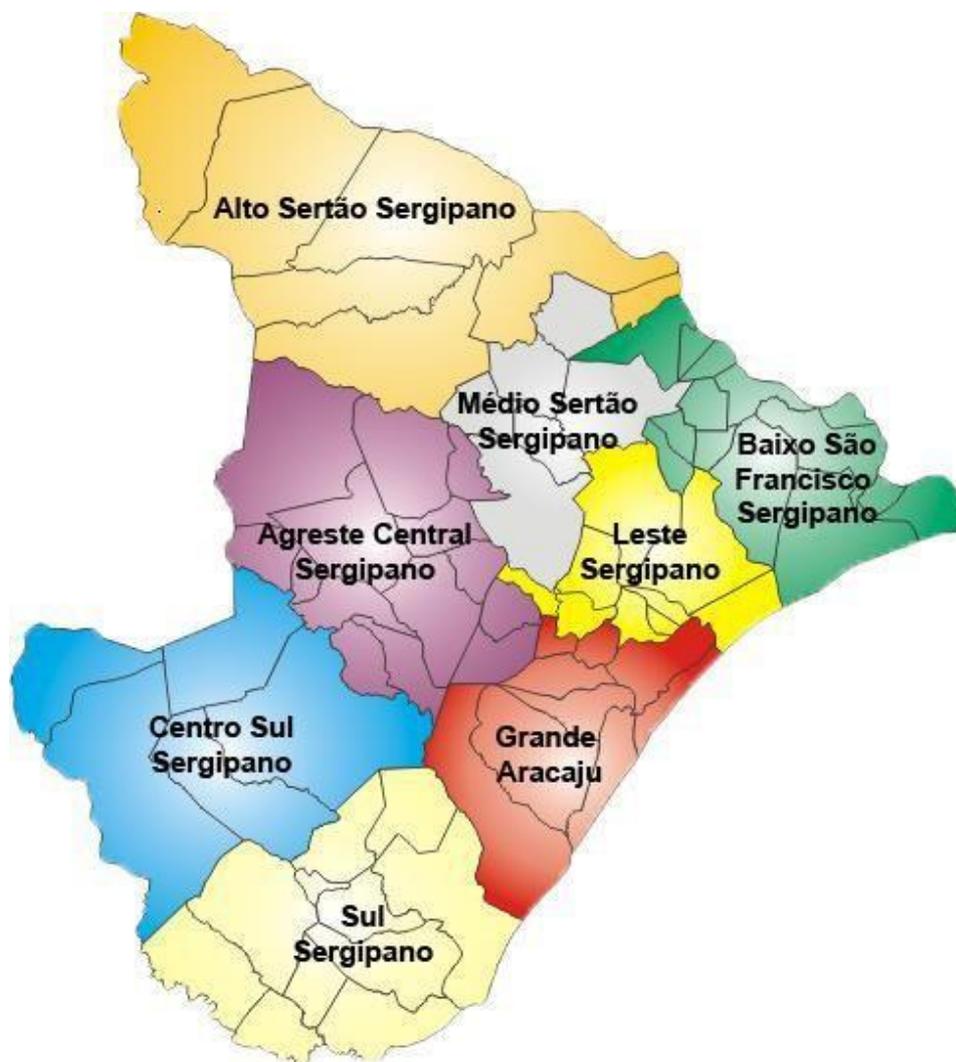
De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do polo Costa dos Coqueirais,

O estado proporciona, em sua extensão territorial, áreas de patrimônio natural como cerrado, caatinga, mata atlântica, praias, restingas e mangues, em associação a unidades de conservação, folclore, culinária, artesanato e patrimônio histórico-cultural (Sergipe, 2013, p. 9).

Para fins de planejamento das políticas públicas pela administração estadual, em 2007 o governo do estado de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), organizou o estado em 8 territórios, baseando-se em critérios econômicos, geoambientais, sociais, político-institucionais e culturais. São eles: Alto

Sertão, Baixo São Francisco, Médio Sertão, Agreste Central, Grande Aracaju, Centro-Sul, Leste e Sul Sergipano (Sergipe, 2013) (Figura 1).

Figura 1: Sergipe – Territórios sergipanos – 2024



Fonte: Sergipe, 2013.

No entanto, para fins de planejamento das políticas públicas, desta vez voltadas ao turismo, o estado de Sergipe foi dividido em 5 polos turísticos, sendo o polo: Velho Chico, Costa dos Coqueirais, Tabuleiros, Serras Sergipanas e Sertão das Águas (Figura 2). De acordo com Vieira e Soares (2018) essa regionalização teve como objetivo desenvolver a atividade no estado, buscando estratégias que priorizem as identidades sociais e territoriais, promoção da organização das cadeias produtivas, ampliação da infraestrutura econômica e promoção do desenvolvimento social no território.

Figura 2: Sergipe - Polos turísticos, 2024



Fonte: Sergipe, 2012.

Cada polo oferece diversidade em opções de segmentação das atividades turísticas, que podem vir a ser de caráter cultural, ecológico, de aventura, fluvial e de negócios (Sergipe, 2013).

Diante de visualização conjunta das figuras 1 (territórios sergipanos) e 2 (polos turísticos), compreende-se as regiões formadoras de cada um dos polos, sendo compostas por municípios e distribuídos da seguinte forma:

- Polo Costa dos Coqueirais – municípios localizados na parte litorânea do Baixo São Francisco, na Grande Aracaju, no Leste e Sul Sergipano;

- Polo Velho Chico – municípios localizados na região do Alto Sertão e no Baixo São Francisco;
- Polo dos Tabuleiros – municípios localizados no Médio Sertão e no Leste Sergipano;
- Polo Serras Sergipanas – municípios localizados no Agreste Central;
- Polo Sertão das Águas – municípios localizados no Centro Sul e Sul Sergipano.

Dentre esses polos, 2 foram considerados como prioritários pelo Governo do Estado de Sergipe: Costa dos Coqueirais e Velho Chico. Com isso, a fim de atender as prerrogativas do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), foi necessário a elaboração do PDITS polo Costa dos Coqueirais e polo Velho Chico, a fim de orientar o crescimento do turismo por meio do desenvolvimento sociocultural, ambiental, político-institucional e econômico dos municípios que o compõem.

Tais documentos estão fundamentados na política estadual de desenvolvimento do turismo em Sergipe e orientados pelas diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), este coordenado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo (MTur) (Sergipe, 2013).

O PDITS – polo Costa dos Coqueirais, traz destaque aos 163 km de faixa litorânea e marítima que o estado possui, sendo participado entre as regiões do Baixo São Francisco, Grande Aracaju, Leste e Sul Sergipano. No PDITS - polo Velho Chico, é destacada a presença de 180 km de margens fluviais conectadas ao rio São Francisco, pelo trecho que vai desde o extremo norte do estado, no Alto Sertão, até proximidades da foz do rio São Francisco, no extremo leste (Sergipe, 2012).

Destarte, ambos os documentos constataram a existência de extensa costa marítima e fluvial nas regiões litorâneas do estado, sendo compostas por municípios detentores de espaços propícios ao lazer e às atividades correlatas aos segmentos de sol e praia e náutico, principalmente. Porém, segundo o PDTIS do polo Velho Chico, o ecoturismo é o segmento principal, que mais detém de potencial no referido

recorte, e os segmentos histórico-cultural e de sol e praia, considerados complementares (Sergipe, 2012).

O estado possui características peculiares, pois, mesmo sendo um estado de pequenas dimensões geográficas e localizado próximo à Bahia e Pernambuco, dois grandes polos receptores e principais portões de entrada de turistas à região nordeste, Sergipe é detentor de grande potencial turístico (Aragão; Santos, 2017).

Pesquisadores como Lima (2011) e Fonseca (2020), observam que em Sergipe os destinos segmentados ao turismo de sol e praia detêm mais da atenção do poder público, sendo mais prioritários nos recebimentos de investimentos no setor turístico.

Segundo Lima (2011), a partir da investigação apresentada em sua tese de doutorado sobre o turismo de sol e praia na região litoral sul de Sergipe, foi assegurado que a praia e o litoral, seguem sendo o centro dos empreendedores e investidores do turismo, por ser o foco principal de atração aos consumidores.

Nesta mesma perspectiva de análise, Alexandre e Costa (2019) corroboram ao afirmarem que no estado a estruturação voltada ao segmento de turismo rural é deficiente, tendo os segmentos mais tradicionais, e por vezes, massificados, no alvo das políticas públicas estaduais.

Assim, vislumbrando a reversão desta constatação através de uma melhor distribuição das políticas públicas aos potenciais segmentos de turismo possíveis pelos polos turísticos sergipanos, espera-se que os benefícios resultantes sejam consoantes ao desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos espaços e comunidades receptoras.

2.2 O Turismo pós-pandemia de Covid-19

Dentro de uma realidade imposta pelo macroambiente, cabe que seja tratada a dinâmica turística após o período pandêmico de Covid-19, visto que o turismo enquanto atividade caracterizada pelos fluxos e mobilidade humana, se constituiu em um vetor na propagação mundial da doença, se fazendo imediatamente

necessária a paralisação da atividade, a fim de tentar conter a disseminação do vírus (Santos; Campos; Rodrigues, 2024).

Durante o período pandêmico, a busca por atividades de lazer ao ar livre passou a ser inevitável, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou o distanciamento social e o desenvolvimento de atividades em ambientes abertos. Com isso, as atividades de lazer em espaços naturais se converteram em alternativa para minimizar os problemas gerados pela Covid-19. No entanto, Cavaco (1996) já afirmava que parte abundante dos indivíduos urbanos, buscam experiências e vivências distintas das realizadas em seus cotidianos, e que desta forma, o turismo rural além de ser uma possibilidade de vivenciar o diferente ou o “exótico”, surge como resposta aos efeitos negativos trazidos pelo turismo convencional. Assim sendo, o turismo rural se converte em alternativa de lazer e menores fluxos, quando comparado a atividades de outros segmentos que, por vezes, já se encontram massificados (Campos; Santos, 2016).

Isso já vem sendo refletido em proporção nacional, pois, segundo Candiotti (2010), no Brasil, a procura pelo espaço rural relacionado às atividades de lazer, já desponta com destaque. Para o autor, a busca por qualidade de vida e necessidade de aproximação aos modos de vida de comunidades tradicionais, apresentam valores distantes e distintos dos encontrados no dinamismo urbano e assim, sendo considerados exóticos, valiosos e preferidos.

Essas preferências de destinos de lazer e descanso foram potencializadas, principalmente, no período pandêmico e no pós-pandemia de Covid-19, estando entre as tendências apontadas em cenário futuro. Santos, Campos e Rodrigues (2024) de forma precisa, ressaltam que a partir do avanço da vacinação e redução do número de óbitos ocasionados pela doença, o setor público e a iniciativa privada em trabalho conjunto, vêm buscando intensivamente, a retomada da atividade.

Os autores constataram que no auge do evento desastroso imposto pela pandemia, existiam turistas ávidos por descanso e fuga da realidade imposta pela doença (Santos; Campos; Rodrigues, 2024). A partir desta afirmação, traz luz ao segmento de turismo aqui investigado, a partir de suas características de vivência e usufruto.

Isto é afirmado pelo MTur, pois segundo o órgão, o espaço rural é “comumente associado pela população urbana à qualidade de vida” (Brasil, 2010, p. 11) e se fortalecendo ainda mais no contexto pós-pandemia, quando a busca por lugares detentores de uma paisagem rural característica, com recursos naturais e culturais, tem sido tendente de crescimento neste mesmo período (Brasil, 2022).

Para 2022, Santos, Campos e Rodrigues (2024, p. 129) na análise, destacam o apontamento do Ministério do Turismo, quando o órgão afirmou que “[...] novas tendências do turismo no país, após um período de grave retração e perda de empregos, estariam pautadas no turismo doméstico, atividades realizadas junto a natureza, a exemplo do cicloturismo e ecoturismo [...]”.

Assim sendo, analisa-se o turismo no espaço rural como um dos segmentos com maiores probabilidades de crescimento da demanda ao segmento, ao observar as preferências dos turistas contemporâneos, voltadas a ambientes mais reservados com menores fluxos.

2.3 Identificação local do turismo rural

Após a contextualização exposta anteriormente referente ao turismo e sua dinâmica no período pós-pandemia de Covid-19, os esforços se concentram na identificação de municípios e/ou regiões sergipanas que tenham o turismo rural entre as segmentações turísticas prevalecentes em seu território, ou que detenham de potencial turístico a partir de elementos e/ou especificidades espaciais locais.

Segundo o PDITS – polo Costa dos Coqueirais, os municípios localizados na região do litoral sul, apresentam potencialidade quanto ao desenvolvimento de atividades turísticas, alinhadas à prática do TER (Sergipe, 2013). No PDITS – polo Velho Chico, é apresentada uma síntese referente ao segmento turístico com maior potencial de desenvolvimento, a partir de um levantamento realizado dentre os municípios que compõem o referido polo.

Assim, é reforçado que como resultado, foi identificado em Sergipe (2012) um maior quantitativo de municípios detentores de potencial para a prática de atividades inerentes ao ecoturismo, este incluído por Weissbach (2020) entre as subdivisões do TER.

Para fins de verificação científica no que tange o turismo rural em Sergipe, serão destacadas produções de autores e/ou materiais institucionais voltados à temática do segmento de turismo rural, delimitados ao território sergipano. Inicialmente, destaca-se aqui, os catálogos elaborados pelo Ministério do Turismo, através do projeto Experiências do Brasil Rural (EBR), este voltado aos roteiros turísticos que têm a participação da agricultura familiar e que atuam na produção agrícola e pecuária, na agroindústria, no extrativismo e no turismo (Brasil, 2022).

Este projeto surgiu com uma iniciativa que “busca fomentar e apoiar o desenvolvimento do turismo em áreas rurais, por meio de um trabalho direcionado aos produtos agroalimentares associados ao turismo dentro de roteiros turísticos” (Brasil, 2022, p. 11).

Fruto da parceria entre o MTur, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), o projeto EBR,

teve início em 2021 e traz a experiência turística memorável como objetivo primordial do planejamento da oferta turística rural – desenvolvida de forma atualizada, inovadora, responsável e sustentável. Além disso, promove a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do roteiro, estreitando os laços entre pequenos produtores rurais e empreendimentos turísticos (Brasil, 2023a, p. 5).

Segundo o MTur, até dezembro de 2022, o projeto beneficiou mais de 100 agricultores familiares e mais de 150 empreendimentos turísticos em 14 roteiros de turismo rural espalhados por quatro regiões brasileiras. A segunda edição do projeto EBR, realizada neste mesmo ano, contemplou 6 roteiros de turismo rural, desenvolvidos em quatro estados brasileiros. São eles: Caminhos de Dona Francisca - SC, Rota Turística do Café - SP, Rota Verde do Café – CE, Roteiro do Café e do Vinho – SP e, os sergipanos, sendo a Rota do Engenho e a Rota Caminhos da Serra de Itabaiana (Brasil, 2023a).

Previamente a descrição das rotas junta à assimilação aos conceitos do TER já apresentados, cabe que sejam apresentadas considerações de alguns autores quanto à definição de roteiro turístico e fatores que requerem a promoção deste tipo de produto.

Deste modo, Weissbach (2010) vem a considerar que, circunstancialmente, os roteiros são organizados dentro de uma área detentora de características peculiares ou que possuem afinidades em comum. O autor ressalta que em razão disto, além de similaridades na oferta turística, os roteiros são formatados em regiões que apresentem, também, objetivos em comum em relação à atividade, sejam sociais ou econômicos.

Em conformidade, Silva e Novo (2010) entendem o roteiro turístico como um itinerário formado por um ou mais elementos que lhe conferem analogia. As autoras afirmam que a definição e a estruturação destes roteiros ocorrem para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que o formam.

Tavares (2002) classifica os roteiros turísticos em emissivos e receptivos. Segundo a autora, os emissivos são desenvolvidos por agências e operadoras de turismo localizadas no polo emissor, enquanto os receptivos, pelas empresas do segmento localizadas nos polos receptores. A autora complementa que durante a elaboração e execução do primeiro, não há preocupação com possíveis impactos à comunidade residente no destino, o foco volta-se, tão somente, em atender às expectativas dos clientes. Quanto aos roteiros receptivos, “as agências preocupam-se em melhorar a qualidade dos serviços oferecendo diversificação dos atrativos, desde que eles mantenham seu poder de atração” (Tavares, 2002, p. 26).

Frente a análise de Tavares (2002), percebe-se a existência de preocupação por parte dos operadores atuantes nos polos receptores em preservarem os elementos de maior atração aos turistas, utilizando-se então, dos controles necessários nos processos de elaboração e execução do produto, enquanto nos polos emissivos, é carente esta visão.

Portanto, mediante as abordagens conceituais apresentadas referentes aos roteiros turísticos, torna-se relevante acercar-se aos dois roteiros rurais sergipanos apresentados, sendo eles a Rota do Engenho e a Rota Caminhos da Serra de Itabaiana, visto os que estes têm de especificidades em sua oferta ao mercado turístico no estado.

2.3.1 Rota do Engenho - SE

Este produto foi apresentado ao mercado a partir da segunda edição do projeto EBR. A proposta do roteiro abrangeu os municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, ambos localizados no sul sergipano. Segundo Brasil (2023a) foi possibilitado aos participantes do itinerário, apreciação à diversidade de biomas e paisagens litorâneas da região sul de Sergipe.

Aragão e Santos (2017) chamam atenção sobre as potencialidades do espaço rural de Santa Luzia do Itanhy. Os autores afirmam existir possíveis proveitos a serem obtidos, sustentavelmente, através dos recursos presentes no território, em prol do desenvolvimento turístico rural.

Observa-se que no espaço rural do município, há a presença de engenhos de açúcar, estando localizados nas fazendas São Félix e Priapu da Feira. Tratam-se de atrativos naturais e culturais que podem, sustentavelmente, serem utilizados a partir de suas características materiais e imateriais, em prol do aperfeiçoamento do TER no litoral sul de Sergipe.

Conforme Alexandre e Costa (2019), o turismo rural em Santa Luzia do Itanhy, surge como alternativa na busca de diversificação da oferta turística sergipana, que têm o turismo de sol e praia como preferência e referência, além de agregar valor ao espaço rural local, a partir do desenvolvimento econômico e social da sua população e região.

O engenho São Felix é considerado o segundo engenho mais antigo do estado, sendo tombado como patrimônio sergipano em 1984 (Loureiro, 1999). No casarão datado de 1848 (Foto 1), viveram o barão e a baronesa de Timbó. Sua estrutura encontra-se em bom estado de conservação, com suas características originais, bem preservadas (Brasil, 2023a).

Foto 1: Casarão São Félix – Parte externa



Fonte: SETUR, 2024.

Ao turista que busca o roteiro, é proporcionado vivenciar uma experiência singular. Na rotulada “Experiência Café do Barão”, descrita no catálogo de experiências Rota do Engenho, foi proposta a oferta ao turista de observação à paisagem e aos animais da fazenda São Félix, ao mesmo tempo em que estão conhecendo um local histórico. A experiência foi descrita no catálogo da seguinte forma:

A vivência começa com o visitante sendo levado em um carro de bois até o casarão da fazenda. Lá, eles são recebidos pelo casal que representa o barão e a baronesa de Timbó. A partir daí são guiados pela propriedade, ouvindo a história do engenho e de Sergipe daquela época (1848), ao redor da economia canavieira. O passeio é finalizado com um café da tarde com comidas regionais no jardim do casarão São Félix (Brasil, 2023a, p. 10).

Posto isso, verifica-se a presença de elementos que despertam o interesse do cidadão pelo campo. Estes fazem parte de uma propriedade que detém de importância histórica e cultural na região em que está localizada. No mesmo município, somada à fazenda São Felix, tem-se também no roteiro a produção artesanal e degustação da cachaça na fazenda Priapu da Feira, antigo engenho de açúcar. Localizada na rodovia SE 100 – km 16, a fazenda tem entre seus atrativos a produção da cachaça Reserva do Barão (Aragão; Santos, 2017) (Foto 2). A fazenda também pertenceu ao Barão de Timbó, e por isso o “batismo” do destilado.

Foto 2: Cachaça Reserva do Barão



Fonte: Facebook, 2016.

Por ser um local pioneiro na produção de cachaça no estado de Sergipe, a fazenda participa da rota ofertando ao visitante imersão em uma experiência singular, denominada como: “Cana, cachaça e um dedo de prosa na Reserva do Barão”, sendo descrita no catálogo do projeto EBR. Assim segue:

Na fazenda [...] o turista vai começar a tarde conhecendo um canavial, vai acompanhar o processo de colheita da cana e poder levar algumas [...] para o alambique, ou para degustar depois de ser preparada. Ao retornar para o Engenho Reserva do Barão, o turista irá conhecer o maquinário e o processo em níveis onde a mágica acontece, e a cana se transforma na [...] cachaça Reserva do Barão (Brasil, 2023a, p. 18).

Ainda na rota do engenho, mais um empreendimento participante é o Balneário Terra Caída. Trata-se de um espaço turístico incluído na rota e localizado às margens da Rodovia SE - 100 e a 4 km da Ponte Gilberto Amado, sentido Indiaroba / Aracaju. Durante o período de operação da rota, o empreendimento ofertou aos turistas hospedagem, restaurante, pizzaria com forno a lenha e quiosque, além de piscinas e estacionamento para veículos (Brasil, 2023a). São elementos que possibilita ao turista mais tempo de permanência na região com conforto.

O catálogo promocional destaca que no espaço do balneário, o turista também tem a possibilidade em vivenciar a experiência: “Da horta à cozinha”, momento em que ele poderá participar de uma oficina, onde observará o preparo da receita de torta de aratu, iguaria típica da região (Brasil, 2023a). A experiência conta com a receptividade do anfitrião Everson Franklin Santos.

Enquanto a torta assa no forno ele se encaminha até a horta, onde aprenderá os processos de compostagem e plantio, colocando a mão na terra. Everson vai mostrar como prepara a compostagem e a utiliza na horta orgânica e o turista vai colher, plantar e regar as mudas da horta. Ao final, todos serão convidados a degustar (Brasil, 2023a, p. 26).

No entanto, a partir da pesquisa realizada, detectou-se que atualmente a Rota do Engenho está fora de operação e sem previsão de retomada¹. Porém, trata-se de um exemplo de produto turístico, no qual identifica-se a existência de três diferentes empreendimentos turísticos que apontam o potencial do espaço rural do litoral sul sergipano em prol do segmento de turismo rural.

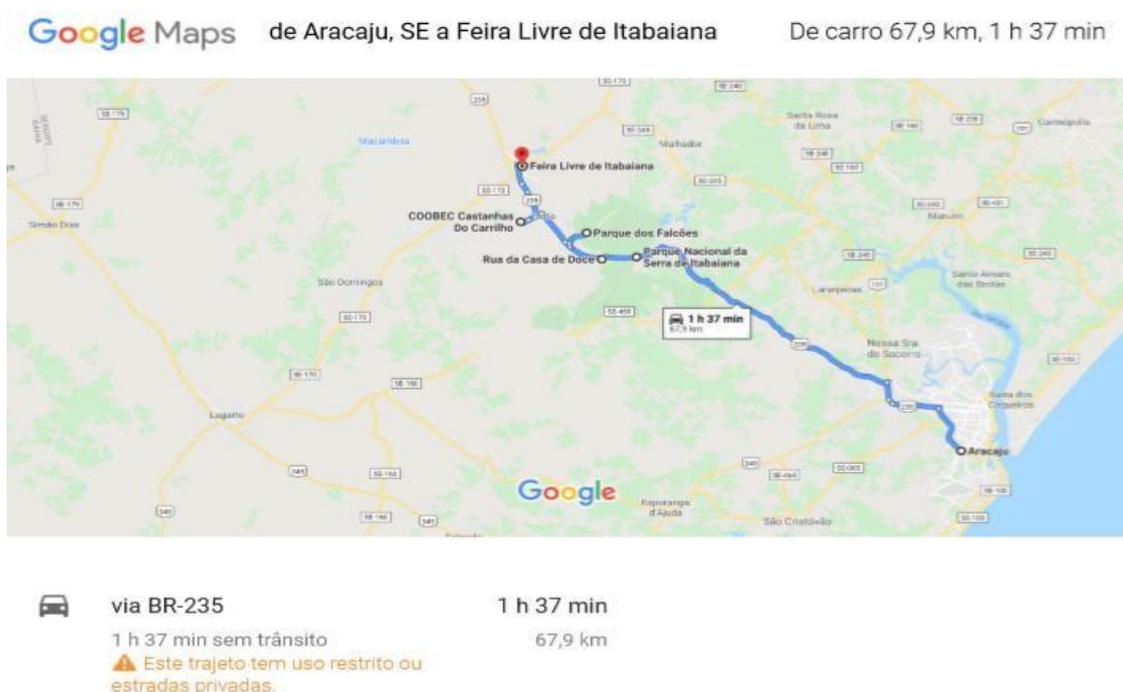
2.3.2 Rota caminhos da Serra de Itabaiana

Itinerário planejado, organizado e apresentado pela turismóloga Ellen Fonseca em seu trabalho de conclusão de curso ao Programa de Pós-Graduação e Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), fica situado na região do agreste sergipano, no município de Itabaiana, distante cerca de 45 minutos da capital Aracaju. Esta é mais uma rota sergipana integrada no projeto EBR, que segundo Brasil (2023b), foi a primeira rota turística rural do estado.

Na figura 3 é possível visualizar o mapeamento preliminar do percurso elaborado e apresentado por Fonseca (2020) em sua produção científica, onde é destacado o itinerário rodoviário e alguns dos pontos de parada durante o percurso. A capital Aracaju estando como ponto inicial e a feira livre de Itabaiana como ponto final. A autora destaca que o produto foi elaborado a partir da cartilha Roteiros do Brasil, esta datada do ano de 2007.

¹ Informação obtida a partir de conversa via *WhatsApp* em 02 de maio de 2024.

Figura 3: Rota Caminhos da Serra de Itabaiana / SE



Fonte: Fonseca, 2020.

A descrição do roteiro, apresentada e de possível visualização em Brasil (2023b), mostra que as experiências possíveis de serem vivenciadas, oferecem imersão na cultura, gastronomia, natureza e na história do município de Itabaiana, que tem a farinha de mandioca como uma das principais iguarias da localidade. Dentre os empreendimentos participantes do roteiro, traz-se aqui destaque às propriedades rurais que já aderiram à pluriatividade rural e que propõem atividades assimiladas a modalidade do agroturismo, sendo os sítios Alto dos Ventos, Meu Rancho e Recanto da Ribeira.

Localizada no povoado Alto dos ventos, o sítio e empreendimento que leva o mesmo nome, possibilita ao turista vivenciar a experiência “Mão na Horta”. Esta visa proporcionar ao visitante, o contato direto com a terra, com o cultivo e com a colheita das hortaliças orgânicas, possibilitando ao mesmo, conhecer todas as etapas de produção dos cultivos do sítio (Brasil, 2023b), ou seja, participação direta do visitante com a lida na horta.

Na mesma rota, mais um espaço adepto à pluriatividade rural, é o sítio Meu Rancho. Localizado no povoado Ribeira, distante aproximadamente 60 km da capital Aracaju, a propriedade conta com uma trilha interpretativa, a qual os visitantes

participam da colheita da macaxeira na experiência titulada como: “Macaxeira: da colheita à farinha”. Neste momento, o visitante irá conhecer a história do Rancho, extrair a macaxeira do solo e ir à casa de farinha para vivenciar a produção da farinha (Brasil, 2023b).

O terceiro e último empreendimento da rota a ser destacado aqui, é o Recanto da Ribeira, localizado no povoado Ribeira, município de Itabaiana. O espaço do sítio conta com 3 alojamentos, com capacidade em acolher até 12 visitantes, além de um amplo restaurante com capacidade para 50 pessoas e área de camping para 20 barracas. O sítio fica localizado a cerca de 20 minutos da sede do município de Itabaiana (Brasil, 2023b). Mais um espaço que possibilita ao visitante, participação direta na rotina da propriedade.

Presentemente, a rota Caminhos da Serra de Itabaiana vêm sendo comercializada por agências e operadoras de turismo, a exemplo da Carvalho Turismo, Farol Tur, CVC e Foco Operadora, havendo um nível pontual de demandantes².

Fonseca (2020) buscou propor que a rota Caminhos da Serra de Itabaiana, estando pautada nos segmentos do ecoturismo e turismo rural no estado, seja alternativa às demais rotas turísticas alinhadas ao segmento de sol e mar, já existentes, ampliando assim, as ofertas de experiências do turista em território sergipano.

Segundo Fonseca (2020), foi realizado um cálculo baseado em 10 participantes, expressando, então, o valor final por pessoa de R\$ 208,20 (duzentos e oito reais e vinte centavos). Dentro da metodologia da contabilização, foram considerados fatores imprescindíveis a análises para se chegar ao valor final do produto. A autora destaca que,

Foi feito um levantamento dos serviços necessários para a elaboração da rota [...] o qual contou com os seguintes fatores para se chegar a um valor final [...]: Locação de van para o percurso; Ingresso Parque dos Falcões; Almoço; Serviços de bordo; Seguro-viagem; Guia de Turismo; Folhetos e Mapas; Custo Operacional [...]; Margem de contribuição e Taxa de Lucratividade (Fonseca, 2020, p. 24).

² Informação obtida a partir de conversa via *WhatsApp* em 07 de maio de 2024.

Assim, após a todo apresentado e em conclusão do levantamento feito sobre as rotas turísticas rurais sergipanas, vê-se que ambas, mostraram-nos exemplos de famílias rurais que se mostraram dispostas a colaborar na promoção do turismo em seus municípios e/ou comunidades.

Portanto, apesar da primeira rota apresentada, neste momento, não se encontrar em operação, ambas são formatos de produtos que colaboram fortemente para o desenvolvimento rural, a partir do turismo, onde todos os empreendedores são beneficiados, sendo autônomos e autossuficientes na gestão do negócio.

2.4 Turismo rural no alto sertão sergipano: realidade e potencialidades

Neste subcapítulo, através de contribuições acadêmicas voltadas ao tema e ao recorte sertanejo, buscam-se experiências turísticas correlatas ao segmento de turismo rural, bem como elementos potenciais a promoverem a atividade nesta região do estado.

De início, encontra-se mais uma oferta já estruturada e organizada de turismo rural e, que se trata, de um roteiro turístico recentemente desenvolvido nesta região, denominado como: Circuito dos Umbuzeiros. Assim, cabe aqui a apresentação dele, sendo considerado um exemplo presente do turismo rural em Sergipe.

O Circuito dos Umbuzeiros, é um projeto voltado ao turismo rural no sertão sergipano, sendo idealizado e promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Com uma logomarca característica e bem representativa (Figura 4), o Circuito dos Umbuzeiros é considerado como uma oportunidade de os pequenos produtores rurais sertanejos ofertarem experiências inovadoras e diferenciadas ao mercado turístico e aos consumidores, ao mesmo tempo em que promovem a dinamização econômica espacial e familiar em suas propriedades.

Figura 4: Logomarca do Circuito dos Umbuzeiros



Fonte: Instagram, 2024.

Segundo o Sebrae (2023a), o circuito conta com 30 produtores rurais (agricultores, queijeiros, apicultores, criadores de cabras, empreendedores de meios de hospedagem, entre outros). Os empreendedores que integram o circuito adequaram suas propriedades para receber os turistas, realizando melhorias nos produtos e serviços e desenvolvendo marcas e mídias sociais para o marketing. O objetivo principal, é apresentar aos turistas a autêntica vida na roça (Sebrae, 2023a).

De acordo com o SEBRAE (2023a, n. p.), o Circuito dos Umbuzeiros

fica em uma região com uma das maiores reservas de caatinga do Sergipe e envolve produtores de cinco municípios do alto sertão: Glória, Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé. [...] Os empreendedores que integram o circuito promoveram adequações em suas propriedades para receber os turistas, realizaram melhorias nos produtos e serviços e criaram as marcas e mídias sociais para seus negócios. A ideia deles é mostrar ao mercado turístico a autêntica “vida na roça”, o dia a dia do agricultor e criador e os produtos que são gerados a partir do trabalho no campo.

O Circuito dos Umbuzeiros foi elaborado com a possibilidade de o visitante realizar dois tipos de imersões durante a execução do roteiro, conforme aponta o SEBRAE (2023a, n. p.).

Em uma queijaria rural chamada Fazenda Nova onde os visitantes começam a ter contato com personagens que, devido ao

empreendedorismo, estão reescrevendo suas histórias de vida, como a da queijeira Joseane da Costa, que tem sua história contada em cordel e fica exposta nas paredes de seu empreendimento, podendo ser lida degustando um dos melhores queijos artesanais e geleias da região. Na Casa da Roça de Dona Bela, já no município de Canindé do São Francisco, [...] se encontra a famosa tapioca recheada e a simpatia característica da roça. Expostos para vendas ou para degustar no próprio local, existem vários produtos artesanais, como as geleias de frutas nativas, doces e outras iguarias da culinária nordestina [...].

Outros exemplos de empreendimentos inseridos no circuito aparecem em destaque na pesquisa de Ramos (2022) que investigou as possibilidades de turismo de experiência no sertão do estado, a partir da colaboração de comunitários da região, a exemplo do Quintal Produtivo da Mailde e o artesanato da Kaú.

Ramos (2022, p. 127) relata que

Na época da pesquisa de campo, o Sebrae, representado pela consultora de turismo Betânia Souza, estava realizando um mapeamento para a implementação do Circuito dos Umbuzeiros [...]. Ao tomar conhecimento do conteúdo desta pesquisa, entrou em contato com o pesquisador para visitar as famílias participantes deste estudo. No entanto, apenas a família de Mailde e a artesã Kaú se interessaram em receber a visita do Sebrae.

Deste modo, o Circuito dos Umbuzeiros é um exemplo de uma prática voltada ao turismo rural no sertão sergipano, onde famílias rurais têm no roteiro espaço e possibilidades de exercerem a pluriatividade rural e usufruto do que este fenômeno possa proporcionar aos que o aderem.

Seguindo a busca de atividades correlatas ao segmento de turismo aqui pesquisado pelo alto sertão sergipano, destacam-se os municípios com potenciais próprios de estruturação do segmento de turismo rural, o município de Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória, ambos localizados no Alto Sertão Sergipano e no polo Velho Chico.

O PDITS – Polo Velho Chico enfatiza que o rio São Francisco é o principal elemento de atração à turistas ao município de Porto da Folha. Segundo o documento, no trecho que banha o município, existem diversas ilhas fluviais propícias à realização de atividades de lazer e recreação segmentadas ao turismo de sol e praia (Brasil, 2012). Menezes, Silva e Santos (2012) ao imergirem suas investigações científicas ao município, verificaram um crescimento distintivo da

pecuária em propriedades pertencentes aos agricultores familiares neste recorte, tendo a comercialização de leite e derivados, como alicerce da economia local.

Os mesmos autores, verificam a produção caseira do queijo de coalho, como uma cultura ligada ao modo de vida e história local. São elementos que representam um ativo territorial deste recorte. Para os autores, a produção familiar desse tipo de alimento, apresenta-se como prática tradicional e que faz parte do cotidiano dos indivíduos residentes, sendo utilizada para reforçar a continuidade e permanência dos agricultores familiares em seu espaço de vida e trabalho (Menezes; Silva; Santos, 2012).

Frente a isto e a partir de uma análise específica voltada ao objeto de estudo desta pesquisa, observa-se que a cultura leiteira no espaço rural do município de Porto da Folha, bem como em outros da mesma região, se aloca como um elemento potencializador ao desenvolvimento do segmento de turismo rural, a partir da adoção da modalidade de agroturismo.

Sobre esta modalidade, Campanhola e Silva (2000) afirmam que consiste em um modelo de turismo rural, indutor da geração de ocupação complementar às tradicionais atividades agrícolas. Para os autores, o agroturismo defende a permanência deste título, sobretudo quando a prática destas são continuadas no cotidiano da propriedade.

Parra, Silva e Chehade (2007) corroboram com a ideia quando afirmam que o agroturismo acontece em ambiente rural, e que mesmo com a presença da atividade turística, continua a exercer suas atividades agrícolas tradicionais, ou seja, não existe dependência. As autoras ressaltam que, neste caso, o turismo é uma atividade rentável e complementar às demais já presentes no espaço.

Porto da Folha é detentor de potencialidade similar ao município central desta investigação – Nossa Senhora da Glória – também no Alto Sertão Sergipano. Nossa Senhora da Glória é titulada como “Capital do Sertão” e a “Bacia Leiteira de Sergipe”. Carvalho Filho *et al.* (2007) corroboram com este título posto ao município e ratificam que a produção de leite local,

encontra-se assentada na pequena propriedade. O leite passou a constituir-se, então, em um vetor de inserção dos pequenos produtores no mercado. As fabriquetas (pequenos estabelecimentos informais de processamento) proliferaram-se na mesma proporção em que se expandiu a pequena produção de leite, passando a escoar a maior parte do volume produzido pelos pequenos produtores (Carvalho Filho *et al.*, 2007, p. 1585).

Tulik (2010) reforça que o contato direto com o campo e com o campesinato, bem como alojamento do turista na propriedade, são características desta modalidade de turismo rural. Então, verifica-se aqui, mais dois exemplos de municípios com potencialidade para estruturação do TMR no território sergipano.

CAPÍTULO 3

PROPRIEDADES RURAIS E A CULTURA LEITEIRA EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Este capítulo busca explicar as características das pequenas propriedades de cultura leiteira do município de Nossa Senhora da Glória a partir do conceito de pluriatividade rural, incentivando a adoção e/ou permanência da mesma à realidade atual da produção familiar no município sertanejo. Para isto, inicialmente, serão trazidos alguns elementos históricos e, posteriormente, serão apresentadas as principais características geográficas e econômicas do município.

3.1 Caracterização do município de Nossa Senhora da Glória

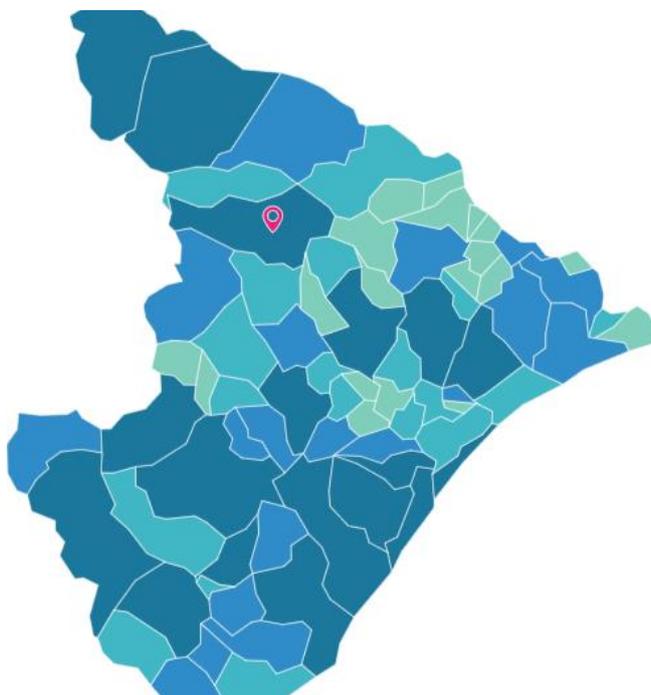
Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora da Glória, pela Lei Estadual n.º 835, de 06 de novembro de 1922, subordinado aos municípios de Gararu e Porto da Folha, foi elevado à categoria de município com a mesma denominação através da Lei Estadual n.º 1.014, de 26 de setembro de 1928. A partir daí, desmembrou-se dos dois municípios que, até então, deles era dependente (IBGE, 2022). A sede municipal dista 126 km da capital sergipana, Aracaju.

Segundo os dados do último censo demográfico realizado em 2022, foi registrada no município uma população de 41.212 (quarenta e um mil duzentos e doze) habitantes, com uma densidade demográfica de 54,34 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

O deslocamento de Aracaju até a sede municipal se dá, principalmente, através da BR-235, rodovia que liga até o povoado Terra Dura, município de Itabaiana, onde ocorre o acesso à SE-175. Posteriormente, o percurso ocorre na rota do sertão, passando por municípios como Ribeirópolis e Nossa Senhora de Aparecida, ambos localizados no agreste central.

O território sertanejo cenário desta pesquisa, limita-se com alguns outros 8 (oito) municípios da mesma Unidade Federativa (UF), sendo eles: Carira, Feira Nova, Gararu, Graccho Cardoso, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora de Aparecida, Porto da Folha, São Miguel do Aleixo e com um pequeno trecho do estado da Bahia, mais precisamente, ao município de Pedro Alexandre (Figura 5).

Figura 5: Sergipe - Localização do município de Nossa Senhora da Glória, 2024



Fonte: IBGE, 2022.

O IBGE, a partir dos resultados obtidos através do último censo, apresenta que o município ocupou a 6ª posição entre os 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos no *ranking* de extensão territorial. Em proporção nacional, ficando na posição 1.792 (um mil setecentos e noventa e dois) dos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros (IBGE, 2022).

Segundo o instituto, Nossa Senhora da Glória detém um recorte de 758,429 km² territorial da unidade federativa, quando dentro desta área, fazem parte o espaço urbano, representado pela sede municipal e maior fluxo comercial e de pessoas, e o espaço rural que, comumente em meio a grande parte dos municípios brasileiros, ocupa a maior parte do território (IBGE, 2022).

O município possui 61 (sessenta e um) povoados. Destaca-se na agropecuária, a partir da produção do milho e manejo pecuário, seja em grande ou pequena escala. O pequeno agricultor do município tem a agropecuária como o principal meio que têm garantido, até então, o autossustento familiar (Rodrigues, 2015). No quadro 2, é possível visualizar em síntese, outros dados geográficos referentes ao município.

Quadro 2: Nossa Senhora da Glória - Dados gerais do município

Altitude	300 metros
Bacias Hidrográficas (rios)	São Francisco, Sergipe e Vaza Barris
Bioma	Caatinga
Clima	Semiárido
Mesorregião	Sertão do São Francisco
Microrregião	Carira
Período chuvoso	Março a agosto
Precipitação / Temperatura (médias anuais)	783,7 mm / 24,2°C
Região Sergipana	Alto Sertão

Fonte: Sergipe, 2019.

No que tange a economia do município, em números, o IBGE registrou no ano de 2021 o PIB *per capita* local contabilizado em R\$ 20.967,52 (IBGE, 2021). Os resultados trazidos pelo Sebrae (2023b) chamam atenção quando apresentam uma variação expressiva em curto período do PIB municipal entre os anos de 2020 e 2021, contabilizando um aumento de 113%.

O Sebrae (2023b), ao detalhar os resultados do IBGE, verificou que a administração pública e o setor de serviços foram os que serviram de maior contribuição no crescimento do PIB do município durante esse período seguido da atividade agropecuária, que acabou ocupando o 3º lugar, ficando à frente do setor industrial. Porém, as atividades econômicas ligadas ao campo obtiveram destaque ao variarem positivamente na contribuição ao PIB do município, obtendo expressivo crescimento em 3 (três) anos.

Sá *et. al.* (2012) ressaltam que dentro da atividade agropecuária do município, a predominância ocorre sobre a produção leiteira de base familiar. Segundo o IBGE (2006) através dos números apresentados pelo censo agropecuário, durante o período do levantamento, havia a predominância do modelo de produção de base familiar, tanto no município de Nossa Senhora da Glória como em todo território brasileiro. Esses produtores familiares têm como principais atividades no campo a ovinocultura, suinocultura e o cultivo de cereais como o milho e o feijão, estes sendo

voltados para o consumo humano e, no caso do milho, também processado para a produção de ração destinada aos animais (Sá *et al.*, 2012).

Segundo dados do IBGE (2024) voltados a contabilização de bovinos em ordenha no município de Nossa Senhora da Glória, sendo levantados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) através da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), nota-se variação crescente na quantidade de vacas ordenhadas, tanto pela modalidade familiar como a não-familiar no município.

No ano de 2010 foi contabilizado no município um quantitativo de 15.670 (quinze mil seiscentos e setenta) vacas em ordenha, passando para 16.045 (dezesesseis mil e quarenta e cinco) em 2022, sendo uma variação não expressiva, considerando o intervalo entre os levantamentos. Já em proporção nacional, houve queda de pouco mais de sete milhões de animais em ordenha em 12 (doze) anos.

Conclui-se que o município de Nossa Senhora da Glória apresenta em predominância o modelo de pecuária familiar e dispõe de aumento na quantidade de bovinos de raça leiteira e que são tratadas para tal finalidade. Apesar de apresentar números poucos significativos dentro do período analisado (pouco mais de uma década), o município continua mantendo seu posto pioneiro na produção leiteira sergipana.

Assim sendo, na busca em sanar o problema da presente pesquisa, a pluriatividade rural quando adotada pelos pequenos agricultores em suas propriedades, que neste caso está relacionada com a unificação entre a produção leiteira e o turismo, é inserida no centro das análises como beneficiadora e parceira do produtor, quando é respeitada a demanda de indivíduos urbanos que buscam lazer no ambiente rural.

A proposta de adesão à pluriatividade no espaço rural pelos agricultores familiares, dar-se diante de uma possível descontinuação da cultura leiteira de mesma base, principalmente, causada pela desvalorização, frente às atividades econômicas que vêm demandando mais mão de obra na atualidade. Contudo, é válido considerar que um dos motivos que promovem esses números, são as estiagens prolongadas que ocorrem com mais frequência nas regiões semiáridas,

como é o caso do município campo da presente pesquisa. Zanella (2014, p. 127) aponta que “os efeitos da seca se apresentam sob diversas formas, seja pela perda da safra agrícola, pelo aumento do desemprego rural, pela falta de água para as populações, pelas migrações campo-cidade (...)”.

Nesses períodos, os insumos necessários à manutenção da pecuária, como a alimentação dos animais, têm seus preços elevados devido à baixa oferta e alta demanda por esse tipo de produto. Deste modo, o produtor rural diante dos fortes impactos advindos destes eventos climáticos se vê, naturalmente, responsabilizados em tomarem providências quanto a saúde do seu rebanho, bem como, com a subsistência de toda a propriedade. Mediante isso, Sá *et al.* (2005, n. p.) afirmam que o produtor,

adquire [...] rações concentradas, o que o torna vulnerável, em face de uma perspectiva desfavorável da relação insumo / produto ou, então, ele “quebra”, por não conseguir recursos no momento exato para suplementar a alimentação do gado.

Na mesma perspectiva, Nascimento, Aquino e Delgrossi (2021) concluem que o reconhecimento da pluriatividade por parte das famílias de agricultores familiares, representa uma importante alternativa de produção para diversas destas unidades familiares que povoam e estruturam as áreas rurais do Brasil. Destarte, Gediel e Froehlich (2007, p. 02) apontam que o espaço rural tem buscado “atender à demanda gerada pela modernização da sociedade atual, possibilitando uma nova rede de estruturas e oportunidades, onde os ambientes rurais tornam-se também, uma alternativa de descanso e lazer”. Assim sendo, a inserção de práticas turísticas, nas pequenas propriedades de Nossa Senhora da Glória, poderá dinamizar o espaço rural.

3.2 Fase preparatória da pesquisa de campo

A fim de verificar o já apresentado neste capítulo e seguir na busca pelo cumprimento dos objetivos propostos, no dia 02 de julho do corrente ano foi realizada uma reunião com o secretário municipal de agricultura de Nossa Senhora da Glória, Dijalcir Aragão, a fim de obter informações referentes às pequenas propriedades e aos produtores e proprietários que, diante dos seus perfis, poderiam contribuir com o estudo.

Ciente dos objetivos da pesquisa, o secretário indica uma visita à Queijaria Fazenda Nova, estabelecimento estruturado à comercialização de alimentos produzidos a partir de insumos da agricultura familiar do município de Nossa Senhora da Glória (Foto 3).

Foto 3: Nossa Senhora da Glória – Loja da Queijaria Fazenda Nova, 2024



Fonte: Acervo pessoal / trabalho de campo, 2024.

O gestor destaca e reafirma o potencial das pequenas propriedades rurais locais de cultura leiteira ao desenvolvimento do turismo no espaço rural. Porém, ressalta que ainda há muito a ser feito em busca pela sensibilização desses produtores à abertura de uma nova atividade que possa ajudá-los no dinamismo econômico interno e familiar³. Gediel e Froehlich (2007) ressaltam que aos poucos, o paradigma estabelecido onde o espaço rural deve ser apenas utilizado ao papel agrícola e alimentar, está sendo modificado.

A queijaria, sendo um dos estabelecimentos participantes do Circuito dos Umbuzeiros (Foto 4), já possui estrutura aprimorada e voltada à recepção de visitantes que buscam imersão em experiências no campo. A possibilidade de vivenciar essas experiências “é o que chama a atenção para esse tipo de roteiro dos

³ Informação extraída da reunião realizada em 02 de julho de 2024.

turistas que buscam o contato com a natureza, a aproximação e identificação com o local” (Sebrae, 2023a, n. p.).

Foto 4: Nossa Senhora da Glória - Queijaria Fazenda Nova no Circuito dos Umbuzeiros, 2024



Fonte: Acervo pessoal / trabalho de campo, 2024.

Fraga (2016, p. 32) trazendo alguns elementos chave do TER a partir de exemplos nacionais, afirma que o turismo contemporâneo,

Leva centenas de pessoas a regiões responsáveis pela fabricação de produtos consumidos pela população em geral, é o caso do chocolate e seus centros produtores, destas fábricas até as regiões de beneficiamento do cacau, com direito à degustação de frutos e experiências concretas de plantio e colheita, até a maturação da bebida; o café em vários estágios da produção, entre outros insumos; o vinho, neste caso do Vale dos Vinhedos, onde os produtores criaram itinerários de visitas às vinícolas com direito à degustação, mostras gastronômicas e curiosidades sobre a cultura do vinho.

Segundo os empreendedores e gestores da Queijaria Fazenda Nova⁴, como fruto advindo das parcerias com empresas de turismo e participação no Circuito dos Umbuzeiros, diariamente chegam grupos de turistas no estabelecimento, momento em que esses visitantes podem assistir à produção do queijo artesanal na cozinha da família. Destacam ainda que junto a retomada da ordenha, suspensa desde o período pandêmico de Covid-19, será permitido o acesso dos visitantes para

⁴ Informação obtida em entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

acompanhar todo o processo, como já era feito anteriormente a interrupção da atividade.

De tal modo, neste momento promovido com a equipe gestora, foi buscada a viabilização em contato com alguns produtores e fornecedores de leite à Queijaria Fazenda Nova que são detentores do perfil adequado ao alcance dos resultados da pesquisa.

3.3 Compreensão dos pequenos produtores em relação ao TER

Para que seja realizada uma análise local de como o turismo pode vir a ser desenvolvido nas pequenas propriedades rurais do município de Nossa Senhora da Glória, necessita-se que seja considerada a compreensão das famílias quanto a potencialidade espacial e cultural da pequena propriedade e da produção leiteira para a prática do turismo rural, visto que planejar exige conhecer a realidade em que se está atuando, das carências e anseios do presente, para a projeção do futuro almejado (Brasil, 2010).

O segmento de turismo rural, apesar de já ser uma realidade no território sergipano, ainda tem muito espaço com potencial para o crescimento nas regiões do alto sertão do estado (Sebrae, 2023a).

Tulik (2003) afirma que o contato do turista com o meio rural, participando das atividades rotineiras da família receptora, promove a existência do agroturismo, sendo ele, uma das modalidades do TER. Então, a partir desta afirmação, foi buscado como a produtora A⁵, que junto à sua família executam duas ordenhas diárias de forma mecanizada (Foto 5), compreende sua propriedade e atividade na produção leiteira como atrativos potenciais ao desenvolvimento do turismo.

⁵ Entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

Foto 5: Ordenha mecanizada

Fonte: Acervo pessoal / trabalho de campo, 2024.

A inquirida apresentou conhecimento quanto aos conceitos do TER tido a produção leiteira como principal atrativo ao visitante e também demonstrou insatisfação com o retorno financeiro atual da produção no mercado local, relevando a desproporcionalidade frente aos investimentos na produção e o retorno, pois para o manejo produtivo, as vacas em lactação carecem de aprimoramento nutricional, a exemplo dos animais da entrevistada, que são mantidas com ração concentrada, palma e silagem de milho (Foto 6).

Scheler e Cavichioli (2021) afirmam que com o aumento do preço dos insumos ideais ao bom desempenho da produção leiteira, os custos com a alimentação, mostram-se bastantes significativos na produção. O uso da silagem de milho tem se constituído em um importante meio redutor dos custos com alimentação dos rebanhos leiteiros. Assim sendo, “o milho é uma das culturas mais utilizadas neste processo no Brasil por apresentar um bom rendimento de matéria verde, excelente qualidade de fermentação e manutenção do valor nutritivo da massa ensilada” (Scheler; Cavichioli, 2021, p. 268).

Foto 6: Silagem armazenada

Fonte: Acervo pessoal / trabalho de campo, 2024.

A produtora também comentou sobre as dificuldades de conseguir financiamento para investir na produção ao afirmar que: “Não tem nada pelo banco, é tudo do bolso da gente”⁶. A inquirida apontou o descontentamento com os resultados financeiros advindos da atividade leiteira corroborando com as ideias de Almeida (2010) quando sinalizou que os espaços camponeses utilizados para a pequena produção têm se mostrado deprimidos, sem dinamismo e com tendência à emigração.

Segundo Souza (2020), o sistema de organização da produção familiar, os recursos naturais presentes no espaço rural e as tradições locais se tornam atrativos turísticos para diferentes públicos, em maior parte, os urbanos. Assim sendo, questiona-se a entrevistada se estaria disposta a aprimorar a propriedade para a recepção de turistas e compartilhar a lida diária. Então manifesta: “É bom, mas aí era melhor ainda se a gente tivesse recurso pra investir”⁷.

Conclui-se que é evidente compreensão da entrevistada quanto ao que representa o TER perante seus conceitos, mostrando-se disposta em aderir a pluriatividade em sua propriedade, tendo o turismo como atividade secundária.

⁶ Informação obtida em entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

⁷ Idem.

Por outro lado, o produtor B, também fornecedor da Queijaria Fazenda Nova, afirma já ter investido na mecanização da ordenha, porém mostrou-se claramente leigo quanto ao que o TER pode representar para a sua propriedade. O proprietário comentou que atualmente vêm realizando ordenha em três vacas coletando 50 litros nos dois turnos (manhã e tarde).

Ao questioná-lo se haveria aceitação em abrir a propriedade a turistas, mostrou-se receoso com a ideia, pois segundo ele, é de costume que seus animais ao perceberem fluxos de estranhos no espaço no momento da ordenha, não deem o resultado esperado, impactando assim a produção⁸. Vê-se que o entrevistado é desconhecedor quanto aos conceitos de turismo, mostrando-se, então, pouco disposto em aderir o turismo como uma atividade complementar da renda em sua pequena propriedade.

A propriedade de C apresenta uma pequena produção de 80 litros diários (manhã e tarde) a partir de ordenha inteiramente manual. Este agricultor mostrou-se compreender de forma regular quanto aos conceitos do TER com a produção leiteira como atrativo em potencial e, assim como a proprietária A, não descarta a ideia de abrir a propriedade a pluriatividade com a participação do turismo rural representado pela modalidade de agroturismo.

Segundo este entrevistado, o turismo poderá ser: “futuramente um lucro a mais”⁹. Com isso, ficou evidente que o entrevistado C mostrou-se compreender os conceitos, não rejeitando a possibilidade de aderir um segundo meio de rendimento, ou complementar, neste caso, o turismo.

O produtor D, também apresentando pequena coleta diária através de ordenha manual, mostrou-se insatisfeito com o retorno da produção leiteira atual. Ao ser questionado sobre os conceitos e o que o TER representa para ele, bem como as possibilidades de adesão à atividade turística em sua propriedade, apresentou carente conhecimento e pouca motivação em aderir-la. Afirmou estar aos poucos

⁸ Informação obtida em entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

⁹ Idem.

promovendo melhorias em sua propriedade, almejando aumento da produção e, conseqüentemente, melhores retornos¹⁰.

Com isso, torna-se importante ressaltar que são produtores com esta perspectiva que merecem uma sensibilização técnica quanto ao que representa a pluriatividade rural, concebida pela unificação entre a agropecuária e o turismo, visto que esta união pode se constituir positivamente naquele espaço ao valorizar a produção e proporcionar novas fontes de renda dentro da pequena propriedade (Silva; Francisco; Thomaz, 2010).

A partir da entrevista com mais uma propriedade, a produtora E apresenta entendimento quanto aos conceitos do TER e o potencial que a sua pequena propriedade apresenta em favor do desenvolvimento turístico rural tendo a produção leiteira como principal atrativo do local. A entrevistada também manifestou disposição em abrir a propriedade a visitantes, apesar de acreditar que devido a pequena quantidade de animais que têm atualmente, seria pouco atrativo, entendendo que necessitaria de um número maior de animais para causar mais atração¹¹.

No entanto, ressalta-se que a quantidade de animais não impede que o espaço seja transformado em um espaço receptor e acolhedor, visto que o turista está em busca de observar a rotina da família, independentemente do número de animais, pois como afirma Blanco (2004), o estilo de vida, costumes e a organização produtiva da propriedade e das famílias que nela residem são os elementos que passam a despertar o interesse de indivíduos urbanos.

Então, a partir do que foi apresentado neste capítulo, reflete-se sobre as propriedades visitadas e nota-se que carecem de aperfeiçoamento estrutural para a adesão a atividade turística, a exemplo dos acessos, currais e a residência, pois mesmo sendo espaços estruturados de forma básica para acomodação da família e execução de atividades rotineiras, ainda necessitam serem adequadas a recepção de visitantes.

¹⁰ Informação obtida através de entrevista concedida em 14 de agosto de 2024.

¹¹ Informação obtida através de entrevista concedida em 27 de agosto de 2024.

Confirma-se que as atividades na pecuária leiteira praticadas em todas essas propriedades visitadas e a lida na rotina campesina, têm potencial de atração e inserção em um produto turístico na região, a exemplo de um roteiro de turismo rural. No entanto, há produtores, em minoria dentre os entrevistados, que se apresentam leigos quanto aos conceitos do TER e pouco dispostos, rejeitando a ideia de aderirem à pluriatividade em sua pequena propriedade.

A proximidade desses espaços com a sede do município de Nossa Senhora da Glória, traz também elementos que podem alavancar, ou facilitar, o desenvolvimento e/ou inserção em um produto turístico, tais como o acesso aos meios de hospedagem, restaurantes, centro comercial, postos de combustível, entre outros, bem como com a Rota do Sertão, onde situa-se um fluxo expressivo de turistas entre Aracaju e Canindé do São Francisco, devido a visitas ao Canyon de Xingó.

Deste modo, o desconhecimento de alguns pequenos produtores quanto ao que o TER representa, e os benefícios que a atividade poderá promover, estando unificada com a agropecuária, deve ser sanado para que assim haja mais possibilidades de adesões. De fato, há a necessidade de compreensão, por parte dos pequenos produtores de Nossa Senhora da Glória, que o espaço rural na atualidade se configura como um espaço heterogêneo, em que a pluralidade de atividades tem contribuído com a permanência de muitas famílias no campo motivada pela melhoria nas condições socioeconômicas, sendo sinônimo de resistência.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS PARA ECONOMIA DO ESPAÇO RURAL SERTANEJO A PARTIR DA PLURIATIVIDADE E O TURISMO

Neste capítulo, serão elencados alguns resultados socioeconômicos advindos da atuação do turismo na pequena propriedade, bem como meios para dinamização da economia rural sertaneja, a partir da unificação entre a cultura leiteira e o turismo nesses espaços no município de Nossa Senhora da Glória.

4.1 O turismo nas pequenas propriedades rurais como agente do fortalecimento social, cultural e econômico

O turismo rural além de vir a proporcionar crescimento econômico, traz também consigo melhor qualidade de vida à comunidade anfitriã, promovendo a conservação e resgate do patrimônio local (OMT, 2003). Na pequena propriedade a participação desta atividade propicia o surgimento de uma renda complementar para os agricultores, quando oferece oportunidades de venda, valorização e divulgação dos produtos advindos da agricultura familiar para pessoas de diferentes localidades (Brasil, 2022).

Ademais, o turismo passa a existir como oportunidade de fortalecimento sociocultural e do sentimento de pertencimento cultural da comunidade autóctone, ou seja, atividade próspera e apta em promover a sustentabilidade aos espaços e povos.

O fortalecimento da cultura e pertencimento a ela por parte dos residentes, é promovido quando o produtor observa a apreciação dos visitantes pelo seu trabalho e produção do campo, contribuindo para a elevação da demanda pelos produtos de base familiar gerados em sua pequena propriedade. Assim, ao produtor tem sido possível adicionar valor aos seus produtos e diversificar a propriedade a alternativas formas de renda, sendo incentivado a continuar com a pequena produção agrícola naquele espaço.

A lida do pequeno produtor rural no manejo leiteiro, têm representado significativamente patrimônio cultural e imaterial, tendo sido considerado um componente básico e essencial a promoção do turismo rural. Um fato considerado

como uma alternativa de fortalecimento dos modos de vida e permanência daquela família no campo. Souza (2020, p. 15) afirma que com a modernização inserida no espaço rural, toda estrutura agrária foi alterada e completa que,

Embora o avanço tecnológico contribua para o avanço da produtividade da agricultura brasileira, muitos pequenos produtores não se adequaram às novas técnicas de produção. Sem elas não conseguiram atingir a produtividade suficiente para competirem com grandes empresas agrícolas.

Segundo a OMT (2003) esse patrimônio que promove dinamização e sustentação a médios e pequenos empreendimentos rurais, é um recurso estratégico. Blanco (2004) afirma que a integração entre o turismo, o modo de vida e costumes das famílias rurais, vêm demonstrando ser uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento do espaço rural, abraçando a comunidade que ali reside.

Conjuntamente, o apego dos indivíduos ao lugar, às crenças e um proeminente conhecimento quanto aos costumes e atividades rurais, vem desempenhando um papel marcante no planejamento e na experiência turística (Sant'Anna; Fratucci, 2024). Assim sendo, visões empreendedoras no campo são necessárias para que a unificação entre o turismo e as atividades agrícolas seja efetivada.

Então é reconhecido que o pequeno produtor deve possuir um aparato durante o processo, tanto do estado como do setor privado, sendo este um empecilho contemporâneo. Blanco (2004, p. 45) já havia afirmado que “potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas foram constantes subaproveitadas por falta, tanto de políticas públicas locais como pela carência de uma mentalidade empreendedora”.

Desta forma, alguns autores, a exemplo de Scótolto e Panosso Netto (2015) asseguram que países, estados e municípios têm recorrido ao turismo como meio estratégico ao desenvolvimento, tomando como pressuposto que essa atividade possui potencial para corrigir desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego e renda.

Mediante conclusões como esta, traz luz ao estado de Sergipe, mais precisamente, ao município de Nossa Senhora da Glória, do potencial que o espaço rural que este recorte sertanejo possui em favor do desenvolvimento socioeconômico a partir da inserção do turismo rural na propriedade de cultura leiteira de base familiar.

Assim sendo, apesar de todas as características espaciais e culturais presentes no território em análise que favorecem o desenvolvimento turístico rural, é carecida sensibilização do pequeno produtor de leite quanto aos conceitos e ao que a atividade pode promover em sua pequena propriedade, bem como a mobilização dos atores públicos que regem sobre o município quanto aos apoios, juntamente com o setor privado local.

4.2 Envolvimento da comunidade autóctone em favor do desenvolvimento do turismo rural

A participação direta da comunidade é um dos pilares para o desenvolvimento do segmento, sendo que, uma efetiva experiência de turismo rural envolve, necessariamente, a comunidade como protagonista. Brasil (2010) assegura que o valor deste segmento de turismo está na relação entre a comunidade anfitriã com o espaço vivido, sendo esta experiência que o turista tem buscado nesse tipo de imersão.

Destaca-se então, a importância de uma atuação direta dos produtores rurais no desenvolvimento do segmento. É carecido o cooperativismo entre a comunidade anfitriã em favor da estruturação e promoção do turismo na propriedade rural familiar.

Kloster e Cunha (2014) ressaltam que a interação é instrumento de aprendizagem, considerando que os atores locais envolvidos no desenvolvimento, conhecem a realidade local por habitarem no espaço, sendo conhecedores de suas reais necessidades, além de aprender com as experiências dos demais indivíduos envolvidos.

Brasil (2024) vem afirmando que a cooperação tem se colocado como o princípio básico que permeia todas as linhas de atuação no setor turístico, sendo ela

peça fundamental na execução de um planejamento, e prossegue enfatizando a importância das parcerias entre diferentes componentes da sociedade, incluindo governos, setor privado, residentes, organizações nacionais e internacionais, entre outros.

No município de Nossa Senhora da Glória percebeu-se através das entrevistas realizadas durante as visitas de campo, desarmonia entre os produtores entrevistados, quando foi manifestado por alguns que mesmo estando abertos a ideia da pluriatividade, queixaram-se quanto à ausência de associativismo entre os pequenos produtores de leite da região¹².

Esta foi uma lacuna trazida pela entrevistada A quando afirmou a inexistência de união entre os produtores de leite da região na busca de posicionamento em favor de melhores retornos financeiros da produção e que após isso, acredita no fortalecimento dessa sociedade em favor da pluriatividade¹³. Assim sendo, esta é uma das pendências apontada pela entrevistada como prioridade a ser solucionada, a fim de que haja maior valorização da produção leiteira e que as possibilidades de adesões ao turismo rural na região pelos produtores sejam mais numerosas.

4.3 Políticas públicas de turismo no município de Nossa Senhora da Glória

Dentro do planejamento das Políticas Públicas voltadas à elevação da atividade turística, são absorvidas e documentadas estratégias, diretrizes, programas e ações para o setor, tendo os Planos Nacionais de Turismo (PNT) como um dos principais instrumentos da criação desses artifícios (Vilela; Costa, 2020). Essas políticas sendo pensadas e estando voltadas aos espaços e comunidades receptoras, são compreendidas como fluxos de decisões e conjuntos de ações a serem concretizados pelo poder público para atingir os resultados que suprirão as demandas daquela sociedade (Saravia, 2006).

Santos e Pires (2010) afirmam que o PNT se apresenta como um documento de ampla abrangência, objetivado a organizar e desenvolver o turismo em nível nacional, estadual e local. Os autores destacam que diante de deficiência crônica no

¹² Informação obtida através de entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

¹³ Idem.

setor encontrada durante a vigência do primeiro PNT, entre 2003 e 2007, foram criados macro programas em busca de melhores divisões das análises e direcionamento das ações.

Referente aos resultados desse desmembramento, destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil. Segundo Santos e Pires (2010), este programa adota uma visão de desenvolvimento centrado em gestão compartilhada e com planejamento nacional, considerando as especificidades regionais e locais.

De acordo com os autores, a inserção do segmento de turismo rural como alternativa econômica complementar para o meio rural brasileiro deve-se ao modelo europeu, o qual integrou a atividade às políticas públicas no intuito de revigorar áreas rurais que se encontravam em declínio (Santos; Pires, 2010).

O PNT, 2024 – 2027, surge então, com o objetivo de “possibilitar que o Brasil seja o país que mais recebe turistas na América do Sul até 2027, de modo que o turismo seja vetor de desenvolvimento sustentável e gerador de trabalho e de renda para os cidadãos brasileiros” (Brasil, 2024, p. 53).

Neste sentido, uma ferramenta apresentada no documento é o Sistema Nacional de Turismo (SNT). Criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo ao definir as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor. Esse instrumento foi criado com o objetivo de promover atividades turísticas sustentáveis através de coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor privado, sejam elevadas gestões descentralizadas e a regionalização da atividade (Brasil, 2024).

Assim, Brasil (2024, p. 37) destaca que,

A valorização das regiões turísticas – entendidas como um espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território delimitado para fins de planejamento e gestão, com foco na redução das desigualdades regionais e sociais – se constitui como principal ativo para a implementação do Plano Nacional de Turismo.

De forma oportuna, o secretário de Turismo e Meio Ambiente do município de Nossa Senhora da Glória, João Guilherme, releva o potencial do espaço rural do

município como propício à promoção de atividades turísticas ligadas à agropecuária, porém afirma que a gestão atual, devido às maiores demandas, tem direcionado a atuação aos segmentos de turismo de eventos, como exposições e feiras agropecuárias, e de natureza, através da organização de trilhas e visitas a rios e cachoeiras¹⁴. No segmento de eventos, o secretário cita a ExpoGlória, como exemplo do papel da gestão no apoio ao setor de eventos e afirma ser um acontecimento de destaque no setor agropecuário e que movimenta o setor turístico através da demanda pela cadeia hoteleira, setores de alimentos e bebidas e outros serviços afins da atividade¹⁵.

A ExpoGlória 2024, tem à frente da organização, a Cooperativa Sertaneja do Agronegócio (COOPSEA), Gestão Municipal, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Nossa Senhora da Glória, Sebrae, Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Sergipe (FAESE), Serviço Nacional de Aprendizagem de Sergipe (SENAR/SE), governo federal, estadual e empresas privadas (Figura 6).

Figura 6: ExpoGlória 2024 – Patrocinadores / organização



Fonte: Instagram, 2024.

¹⁴ Informação extraída da reunião realizada em 27 de agosto de 2024.

¹⁵ Idem.

O evento possibilita que os visitantes e participantes acessem às exposições e comercialização de animais, maquinário e implementos agrícolas, bem como a outras diferentes categorias de entretenimento. A programação ainda conta com rodas de conversas e visitas técnicas voltadas à bovinocultura leiteira sertaneja e com o Concurso de Queijos do Alto Sertão (Figura 7).

Figura 7: Cartaz – Concurso de Queijos do Alto Sertão



Fonte: Instagram, 2024.

O Concurso de Queijos do Alto Sertão dentro da programação da ExpoGlória 2024, é uma possibilidade de incentivo, além de agregar valor a produção leiteira do Alto Sertão Sergipano que tem o município de Nossa Senhora da Glória como referência nesta atividade dentre os municípios sergipanos. O concurso tem o objetivo de estimular práticas sustentáveis na produção queijeira, agregar valor aos produtos e premiar os melhores produtores e agroindústrias (Senar/SE, 2024).

O segmento de turismo rural, por sua vez, proporciona o acesso à produção não industrializada advinda do campo, tanto para os turistas que buscam esses espaços para lazer, como para as redes de hotéis e restaurantes dos espaços urbanos que optam por adquirir os insumos da referida origem (Santos; Pires, 2010). É nesta perspectiva que a literatura tem visto a produção rural familiar e o turismo como principais agentes do desenvolvimento do espaço rural.

Quanto à promoção e incentivo a atividades ligadas ao TN no município de Nossa Senhora da Glória, o representante pela pasta que gere o turismo local afirma, então, este ter sido o segmento mais demandado pela população local e, conseqüentemente, tendo recebido mais atenção da gestão, quando se trata das políticas públicas e de apoio às atividades correlatas¹⁶.

O secretário ressalta a existência de equipe técnica voltada ao planejamento destas atividades, através da formação de grupos guiados para a execução de trilhas ecológicas no espaço campestre do município, tendo então, o turismo rural com a participação dos pequenos produtores e suas propriedades ainda não desenvolvido¹⁷.

O gestor enfatiza a ExpoGlória como um exemplo de destaque no setor e que movimenta, além do agronegócio, o comércio e serviços do município e região. Ressalta também, as especificidades do território em seu espaço natural, quando possibilitam a promoção de atividades que oferecem o contato direto com as áreas verdes e naturais, não sendo diretamente aos espaços e/ou propriedades rurais.

Assim sendo, é chegada a conclusão de que a gestão do município de Nossa Senhora da Glória, através do departamento responsável pelo turismo, tem sido diligente, tão somente, quanto ao planejamento de atividades turísticas ligadas aos segmentos de eventos e de natureza, e com ausente desenvoltura frente às possibilidades de inserção do TER.

4.4 Desenvolvimento do turismo rural na propriedade familiar

As transformações ocorridas no meio rural, principalmente no que se refere às relações e formas de trabalho, têm colocado a favor dos agricultores pluriativos, a possibilidade de melhoria da renda familiar (Brasil, 2004). A não diversificação das atividades dentro da dinâmica rural, somada à desvalorização das atividades rurais tradicionais, tem trazido a possibilidade de excludência da identidade agrícola, quando a cultura campestre tende a sofrer invasão de outras culturas (Parra; Silva; Chehade, 2007).

¹⁶ Informação extraída da reunião realizada em 27 de agosto de 2024.

¹⁷ Idem.

Souza (2020, p. 14) então ressalta que

a multifuncionalização das atividades desenvolvidas no meio rural demonstrou não só a resistência dos pequenos produtores frente às crises e dificuldades enfrentadas no decorrer do tempo, mas também a capacidade de se reinventar e destacar as riquezas contidas no campo.

É neste momento em que os recursos naturais e culturais presentes no espaço rural, são elevados e valorizados, uma vez que como afirmam Garbossi e Antonello (2024, p. 172)

seu potencial de desenvolvimento econômico é pautado na valorização da história e dos sujeitos das áreas rurais, a fim de auxiliar agricultores familiares a terem uma complementação de renda além do uso da terra, que acontece por meio da comercialização de produtos e visitação em suas áreas de vivência.

Assim sendo, há então uma tendência pela busca do natural, do orgânico e do familiar. O comprometimento com a agropecuária, que é, segundo Brasil (2010, p. 19), um vínculo com as coisas do campo, pode ser “representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida, considerados típicos de cada população rural”. Desta forma, são elementos considerados intrínsecos à promoção do espaço rural a um atrativo turístico.

Logo, a pluriatividade aqui trabalhada, relaciona-se com o efetivo comprometimento da lida rural com a produção agropecuária, vista a unificação entre a cultura leiteira do município de Nossa Senhora da Glória e o turismo. Assim, uma participação conjunta que contribui para a valorização do espaço rural e que deve ser estimulada a partir da aprimoração das atividades, produtos e serviços ofertados pelas pequenas propriedades locais.

Assim sendo, para que o segmento de turismo rural se constitua em um fator de efetivo desenvolvimento, necessita-se de atuações voltadas a estruturação e caracterização do espaço, para que essa tendência não traga prejuízos, e que o turismo rural seja consolidado como opção de lazer para o turista e viável oportunidade de renda para o anfitrião do campo (Brasil, 2003).

Deste modo, cabe que sejam apresentados o que instituições e a literatura voltadas ao tema têm concedido como elementos relevantes e, por vezes,

essenciais, à implantação e adequação das pequenas propriedades rurais a atividade turística, a partir da unificação entre o turismo e a agropecuária.

4.4.1 Identificação de recursos para o incremento do TER

Brasil (2010) afirma que a preservação da paisagem, os investimentos e a localização do espaço receptor são alguns fatores relevantes dentro do planejamento turístico. Estes carecem prioridade dentro do planejamento das políticas públicas, por serem munidos de características e possibilidades favoráveis ao desenvolvimento do segmento de turismo rural e que devem ser convertidos em vantagens práticas.

A preservação da paisagem rural é fundamental à participação do espaço na atividade turística, visto que para o visitante, aquela paisagem indica que ele está fora do seu ambiente rotineiro. Assim, ao observar que tanto a fauna, a flora, a topografia e o manejo do solo trazem as marcas da cultura e das comunidades locais, deve-se fazer uso cauteloso desses elementos, pois eles constituem a paisagem representativa do espaço rural, que se contrapõe ao espaço vivido cotidianamente pelo indivíduo urbano (Brasil, 2010).

Fucks e Souza (2010) observam que a demanda acendida por essas motivações e expectativas sobre o espaço rural, mostrou que os recursos existentes nas propriedades que, até então, estavam voltados unicamente a atender as necessidades do setor agropecuário, eram passíveis de aproveitamento pelo turismo.

Destarte, o desenvolvimento do turismo na pequena propriedade rural, representa um conjunto de estratégias que expandem a reserva de ativos, ao mesmo tempo que aproveita melhor os custos aplicados (Souza, 2020), porém, carecendo a envolvimento de instituições públicas, empresas privadas e comunidade local a fim de que seja promovida uma geração e distribuição de renda horizontal e acertada.

Quanto aos investimentos pelo setor turístico na propriedade rural, Brasil (2010, p. 37 – 38) afirma que,

Não é preciso, necessariamente, criar estruturas na região e nas propriedades, e sim adaptar as que já existem de modo a garantir conforto e segurança aos turistas. Tais estruturas podem ser residenciais ou de serviço, mas devem manter suas características rústicas. Nesse caso, o turista não busca luxo, e sim autenticidade e certa rusticidade, mas com qualidade e conforto.

Logo, a OMT (2003) já afirmava que o turismo rural é uma atividade sustentável ao momento em que ele tende a promover melhor qualidade de vida às comunidades a partir do crescimento econômico, conservação e revalorização do patrimônio. Garbossi e Antonello (2024) apoiam e afirmam que diante da congregação do modo de vida camponês com o turismo, é possibilitada a valorização sociocultural e local do espaço e das comunidades anfitriãs.

Todavia, a localização das propriedades é outro ponto que precisa estar presente nas políticas de planejamento, uma vez que, alguns fatores relacionados podem impactar positiva ou negativamente o turismo nestes espaços, tais como, situação estrutural das vias que ligam os centros emissores ao destino, sinalização e segurança.

Brasil (2010) compreende que a localização é elemento relevante dentro das políticas públicas de turismo, quando ela pode, ou não, facilitar o deslocamento dos visitantes, desde o polo emissor até o destino. Sendo assim, as curtas distâncias e estreito tempo de deslocamento, tornam as práticas deste segmento acessível a mais pessoas.

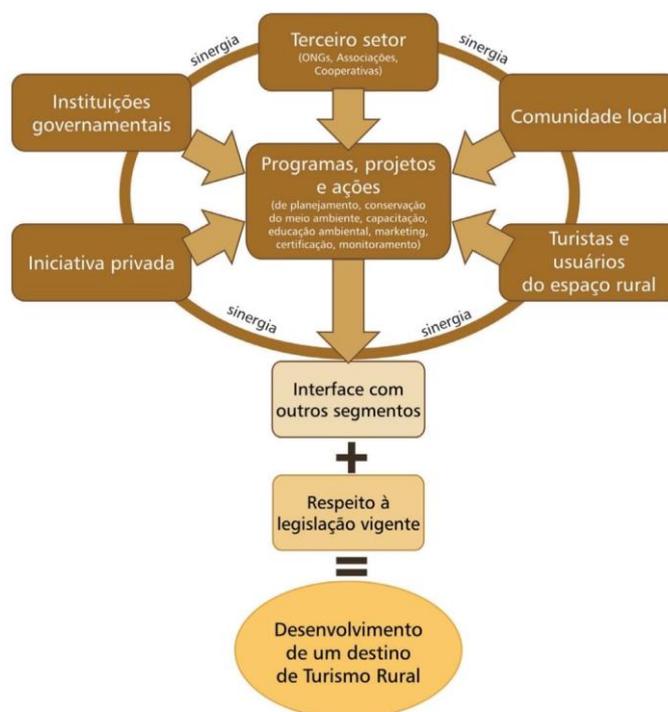
4.4.2 Estabelecimento de parcerias

A partir de um estudo encomendado pelo MTur à Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2008, a desarticulação interinstitucional e intersetorial foi tida como o problema mais urgente a ser resolvido para que possa haver o desenvolvimento do segmento de turismo rural (Brasil, 2010). A inexistência de cooperação entre os principais atores da atividade tem se apresentado como o principal empecilho, não só em favor do turismo, mas frente a diversas outras atividades sociais e econômicas na contemporaneidade.

Neste sentido, é possível observar no fluxograma apresentado na figura 8, como os principais atores do turismo rural, pessoas e/ou organizações, podem atuar

sinérgicamente em busca de um objetivo comum, atingindo resultados superiores ao que cada um deles, por vezes, conseguiria individualmente.

Figura 8: Interrelações entre os atores e setores dos destinos de turismo rural



Fonte: Brasil, 2010.

Com base no exposto, vê-se que os resultados favoráveis à participação do TER, estão sujeitos a mobilização e atuação efetiva dos envolvidos diante dos programas, projetos e ações propostas, necessitando nesta etapa, diálogo com outros segmentos e obediência à legislação vigente.

Brasil (2007) ao considerar que a maior parte dos empreendimentos de turismo rural é de pequeno porte, afirma que dificilmente o segmento será viável com uma atuação isolada dos empreendedores, carecendo de trabalho organizado e cooperado, utilizando como estratégia a roteirização, sendo esta,

uma das estratégias usadas no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que busca estruturar, ordenar, qualificar, ampliar e diversificar a oferta turística. É um processo voltado para a construção de parcerias em níveis municipal, regional, estadual, nacional e internacional (Brasil, 2010, p. 41).

Brasil (2022, n. p.) conceitua um roteiro turístico como um “Itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e

estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”. Tavares (2002) complementa afirmando que o roteiro é um formato de produto que tem como principais agentes organizadores os órgãos e departamentos públicos, iniciativa privada, ou os próprios turistas a partir de planejamento individualizado, sem consultoria de uma agência de viagens ou de qualquer outro canal.

Assim sendo, parceria e cooperação têm se tornado itens indispensáveis para o processo de desenvolvimento de um empreendimento, uma comunidade ou de qualquer outra cadeia, seja ela social ou econômica (Brasil, 2010, p. 40), a exemplo da atividade leiteira em pequena escala no município de Nossa Senhora da Glória, como foi relevado pela entrevistada A, quando queixou-se sobre a inexistência de cooperação entre os pequenos produtores na busca de valor para a atividade e para a cultura local¹⁸.

4.4.3 Incentivos ao desenvolvimento do segmento

A expansão de atividades produtivas nos diferentes setores econômicos, tem a disponibilidade e acesso ao crédito de apoio, como política fundamental ao processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea (Brasil, 2010).

Deste modo, a viabilização do setor turístico, constituída pelos processos de financiamento, representa ao produtor rural, permissão de acesso às linhas de crédito nos bancos oficiais, a exemplo do Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (Brasil, 2010). Contudo, compreende-se que dentre as condições, há aquelas que podem não estarem adequadas à realidade do empreendedor rural.

Brasil (2024) salienta que os agricultores familiares de todo o Brasil, dispõem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como outra opção de obtenção de crédito, quando este financia projetos, sejam individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares.

¹⁸ Informação obtida através de entrevista concedida em 13 de agosto de 2024.

Com o crédito do Pronaf é possível, por exemplo, adaptar uma propriedade para recepção de turistas ou financiar o plantio de uma safra que vai ser visitada por eles. As linhas de crédito e taxas de juros cobradas estão relacionadas à faixa de renda do agricultor (Brasil, 2024, n. p.).

Não obstante, o apoio ao morador do campo que pretenda desenvolver o turismo em sua propriedade, não está limitado ao abono de financiamento pelas instituições financeiras. Brasil (2010, p. 53) assegura que “entidades federais, estaduais e municipais, públicas ou não, em todo o País realizam ações e projetos, direta ou indiretamente, para desenvolvimento do segmento”.

A exemplificar, o MDA, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), lançou três editais em favor do fortalecimento da agricultura familiar na região nordeste brasileira com o objetivo de promover o desenvolvimento de cooperativas e associações nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe (Brasil, 2024), ao agenciarem a contratação de extensionistas rurais, de agentes de desenvolvimento local e servir de apoio às organizações da sociedade civil.

Em um segundo exemplo, pode-se citar as entidades do Sistema S, como o Sebrae e o Senar, e instituições de ensino técnico e/ou superior que possuam intimidade com o meio rural e dão suporte ao desenvolvimento do turismo nessas áreas pelo território brasileiro (Brasil, 2010). A exemplo do Sebrae - SE que,

com o objetivo de estimular o turismo rural com base comunitária, [...] promoveu em novembro de 2022 o seminário Turismo rural no sertão sergipano, como mais uma oportunidade para o turismo sergipano inovar, e mostrando aos produtores locais o turismo rural como uma oportunidade de negócio e como segunda fonte de renda (Sebrae, 2023a, n. p.).

Em obediência aos objetivos pré-definidos, o PNT 2024 – 2027 estruturou-se, estrategicamente, em torno de três eixos de atuação em favor da implementação da atividade turística. Sendo: Eixo 1 - Ordenamento e Desenvolvimento; Eixo 2 - Formalização, Qualificação e Certificação; e Eixo 3 - Promoção e apoio à Comercialização. A partir de então, Brasil (2024) lista alguns programas e planos (Quadro 3) como forma de operacionalização de cada linha de atuação.

Quadro 3: Eixos PNT – Programas / Planos de operacionalização

Eixo 1	Regionalização; Competitividade; Desenvolvimento de produtos e experiências; Segurança; Acessibilidade; Adaptação climática; Infraestrutura; Mobilidade e conectividade; Facilitação de crédito e incentivos; Atração de investimentos privados; Parcerias e concessões.
Eixo 2	Formalização de prestadores de serviços turísticos; Qualificação profissional e inserção produtiva no turismo; Certificação de atividades, empreendimentos e destinos;
Eixo 3	Incentivo a viagens; Fomento, captação e promoção de eventos; Planos nacional e internacional de marketing turístico.

Fonte: Brasil, 2024.

Alinhadas a esta proposta, no quadro 4 são apresentadas três etapas coerentes a diluição dos eixos apresentados. Estas apresentam-se adaptadas à implementação do TER, seguindo a mesma ordem. Etapa 1 – Diagnóstico; Etapa 2 – Qualificação; Etapa 3 – Promoção e comercialização.

Quadro 4: Fluxo de implementação

Etapa 1 – Diagnóstico	Coletar dados estruturados sobre a situação atual das propriedades rurais;
Etapa 2 - Qualificação	Aprimorar a qualidade de processos e serviços das propriedades, desenvolvendo competências que supram necessidades e preençam

	lacunas identificadas no diagnóstico;
Etapa 3 – Promoção e comercialização	Apoiar a promoção e comercialização de produtos advindos da agricultura familiar.

Fonte: Adaptado de Brasil, 2022.

A partir deste fluxo, é indicado que as etapas sejam praticadas em obediência à ordem apresentada. Programas como os de desenvolvimento de produtos e experiências, segurança, acessibilidade, infraestrutura, mobilidade e conectividade, são subordinados a conclusão do diagnóstico nas propriedades potenciais à implantação do turismo. Partindo-se desse princípio, tratam-se de elementos intrínsecos a uma dinâmica turística e rural sustentável e de excelência.

Assim sendo, torna-se relevante uma apreciação crítica nas pequenas propriedades rurais de cultura leiteira em Nossa Senhora da Glória identificadas como potenciais, devido as características representativas ao campesinato identificadas. Hosken (2010) já traçava a caracterização da pequena propriedade e análise aos ambientes interno e externo como algumas das etapas requisitas à obtenção de um diagnóstico de sucesso à implementação do TER.

A segunda etapa, concerne ao apoio técnico de instituições educativas e de fiscalização ao setor. Desta forma, a partir do diagnóstico poderá ser obtido um retrato do ambiente (infraestrutura, comunidade, viabilidade etc.), a ser implementado a atividade turística e, posteriormente, buscando a formalização dos empreendedores, qualificação produtiva e certificação de atividades e destinos a partir de inspeções técnicas nos espaços.

Ibargoyen (2010) ressalta que a fida participação em cursos e eventos proporcionados pelos órgãos governamentais e setor privado (secretarias de turismo, MTur, Sebrae, Senar, Sesc, Senac, prefeituras etc.), tem respaldo positivo na manutenção da atividade, quando eles contribuem expressivamente para a consolidação de um empreendimento a partir de ações efetivas.

Quanto a terceira e última etapa do fluxo, se encontra voltada ao apoio à promoção e comercialização no setor turístico, é verificado que no Brasil a promoção

de um destino é “função direta de organismos públicos, tais como secretarias estaduais e institutos municipais de turismo” (Nakatani; Gomes; Nunes, 2016, n. p.), quando em outros países, segundo os autores, essa gestão concentra-se na iniciativa privada. Sendo assim, o incentivo a viagens, captação e promoção de eventos para determinada localidade, são alguns dos exemplos de ações a serem realizadas pelas esferas públicas e privadas, podendo contar com as orientações dos planos de *marketing* voltados ao setor turístico.

Portanto, conclui-se este capítulo, com uma base de orientações assertivas a implantação do TER. Meios a serem seguidos com apoio de entidades, sejam elas, federais, estaduais e municipais, públicas ou privadas, a fim de que a atividade de turismo rural na pequena propriedade seja viabilizada e apoiada por gestões técnicas e alicerçadas pela dinâmica da atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findada a abordagem teórica equiparada com o material obtido nas visitas de campo, foi buscada a solução para a problematização norteadora do presente estudo, quando colocada sobre o espaço rural do município sergipano de Nossa Senhora da Glória. Assim, buscou-se identificar se as pequenas propriedades rurais produtoras de leite detêm de potencial para conciliação entre as atividades agrícolas e o turismo.

Como objetivo geral, foi estabelecida a discussão e exposição de meios que dinamizem economicamente as pequenas propriedades rurais locais de cultura leiteira, a partir da unificação entre as atividades agrícolas e o turismo, vindo então ser atendido ao decorrer dos capítulos, e mais especificamente, no capítulo 4, quando foram elencadas algumas estratégias que norteiem e incentivem os pequenos produtores de leite a adequarem as suas propriedades e buscar auto capacitação empreendedora.

Buscando dirimir o objetivo central, foram fixados 4 (quatro) objetivos específicos. De início, foi buscado identificar alguns elementos inerentes ao desenvolvimento do segmento de turismo rural, a partir de critérios estabelecidos pelo MTur. Nesta etapa, tendo como material orientador, Brasil (2010), foram sucedidas outras referências desta linha de estudo, chegando então à unificação assertiva de diferentes teorias e considerações, logo, complementares.

A conhecimento da diversidade de atividades possíveis de serem realizadas no meio rural, foi pretendido o levantamento das modalidades de turismo realizadas nesses espaços, bem como a discriminação conceitual de cada uma delas. Como referência, foram trazidas considerações de autores, a exemplo de Weissbach (2020), que desmembrou o TER em categorias, sendo o TAR, TMR e o TN. Sendo o TAR alinhado a qualquer atividade turística realizada no espaço rural, o TMR ligado às possibilidades de vivência e imersão nas lidas rurais e o TN voltado às atividades de ecoturismo e de natureza.

Assim sendo, chega-se à conclusão de que as definições e toda abordagem teórica levantada, colaboraram notadamente para esclarecimentos quanto à

diversidade de atividades possíveis de serem realizadas no espaço rural e que podem não representar, efetivamente, o segmento de turismo rural, bem como os possíveis impactos ocasionados pela atividade turística.

Posteriormente, com o propósito de que fosse detectado o que os pequenos produtores de leite da região pesquisada compreendiam por TER e à potencialidade da pequena propriedade de produção leiteira para a prática da atividade, foi executado um trabalho de campo a partir da aplicação de entrevistas em obediência ao roteiro pré-definido. A partir disso, veio a conhecimento a percepção dos entrevistados quanto ao que representa o turismo rural e as potencialidades que as pequenas propriedades visitadas detêm para a prática da atividade.

A partir do levantamento bibliográfico e material coletado das entrevistas, foi definida a apresentação de estratégias para aperfeiçoamento da economia do espaço rural sertanejo cenário desta pesquisa, a partir da adesão à pluriatividade rural. De início, houve diálogo entre autores e instituições quanto ao fortalecimento social, cultural e econômico advindo com a participação do turismo, bem como a importância do envolvimento da comunidade e do planejamento assertivo das políticas públicas. Ademais foram apontadas estratégias para a operacionalização e implementação do turismo nas propriedades rurais, tendo como uma das referências, materiais desenvolvidos pelo MTur, a exemplo do mais recente PNT.

Então, como guia desta pesquisa, a definição dos objetivos foi baseada ao se instigar se as pequenas propriedades rurais produtoras de leite do município de Nossa Senhora da Glória apresentavam potencial para conciliação entre a pecuária leiteira e o turismo. Desta forma, a partir de análise técnica, observa-se a carência de elementos intrínsecos a participação do turismo naquele espaço, a exemplo da sensibilização dos produtores sobre o que a atividade pode representar para a sua propriedade, melhoramento estrutural e capacitação aos anfitriões em hospitalidade.

Portanto, findada a investigação, conclui-se que, de modo geral, além da sensibilização dos produtores às possibilidades de adesão ao turismo em suas propriedades, esses espaços necessitam de aprimoramento que possam favorecer a pluriatividade, ou seja, a unificação do turismo às demais atividades já desenvolvidas rotineiramente.

Deve-se também explicar dois fatores que foram colocados como limitadores e em desfavor à execução da fase de campo da pesquisa. Traz a luz a dificuldade de contato com alguns produtores que, mediante seus perfis, poderiam estar incluídos nas visitas, mas que por incompatibilidade de horários entre o pesquisador e o entrevistado, não foi possível o diálogo. Enquanto o segundo ponto, foi a inexistência de conhecimento quanto ao turismo por parte de alguns dos participantes, tornando a conversa pouco fluida.

Portanto, quando se tem o turismo rural como agente do desenvolvimento das áreas rurais, considerando os benefícios abordados pela literatura e trazidos ao decorrer da redação que são favoráveis aos espaços e comunidades que optam em serem protagonistas do fenômeno em questão, finda-se esta análise recomendando o surgimento de mais pesquisas alinhadas a esta linha de investigação, estendendo assim a coleção científica desta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita; COSTA, Mariselma Leite. Turismo rural no litoral sul sergipano: uma análise no município de Santa Luzia do Itanhý – Sergipe - Brasil. *In: Anais - IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES*, 2019.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas. *In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri SP: Manole, 2010, p. 33 – 46.
- ALMEIDA, Noslin de Paula. Políticas públicas e dinâmicas do turismo no espaço rural. *In: THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; MORETTI, Edvaldo Cesar. O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade*. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 59 - 78.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 1, p. 11 - 44, 2003.
- ARAGÃO, Ivan Rêgo; SANTOS, Gabriela Nicolau dos. Fazendas, agricultura familiar e antigos engenhos de açúcar para viabilidade do turismo rural no litoral sul de Sergipe/Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 2, 2017.
- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia. *In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri SP: Manole, 2010, p. 23 – 32.
- ARENHART, Andrielly; FONTANA, Rosilene de Fátima. Reflexões sobre o turismo rural e o desenvolvimento sustentável. **Turismo e Sociedade**, v. 12, n. 3, p. 139 - 157, 2019.
- BARIVIERA, Cássio Alexandre; DEGENERONE, Zenicléia Angelita. Turismo rural em Erechim (RS). **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 6, n. 3, p. 198 - 206, 2020.
- BENI, Mário Carlos. Como certificar o turismo sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5 -16, 2003.
- BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 4, n. 3, 2004.
- BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Turismo. **Experiências do Brasil Rural: Manual de implementação para desenvolvimento de experiências memoráveis em roteiros turísticos**. Brasília DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, 2022.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. **IBGE Cidades: Nossa Senhora da Glória SE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-da-gloria/panorama>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Notícias: MDA lança editais que promovem o fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste**. Brasília DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2024. Disponível em: [MDA lança editais que promovem o fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste — Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/comunicacao/noticias/2024/09/mda-lanca-editais-que-promovem-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-no-nordeste). Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Turismo. **Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Brasília DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, 2007.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004 / 2007**. Brasília DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRASIL Ministério do Turismo. **Manual do Turismo Rural**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 1994.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 - Roteirização Turística**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL Ministério do Turismo. **Economia**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022.

BRASIL Ministério do Turismo. **Catálogo de Experiências Rota do Engenho**. Brasília DF: Ministério do Turismo, 2023a.

BRASIL Ministério do Turismo. **Catálogo de Experiências Rota Caminhos da Serra de Itabaiana**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023b.

BRASIL Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2024 - 2027. **O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024.

BRIDA, Juan Gabriel; PEREYRA, Juan Sebastián; DEVESA, María Jesús Such; AGUIRRE; Sandra Zapata. La contribución del turismo al crecimiento económico. **Cuadernos de turismo**, n. 22, p. 35 - 46, 2008.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. *In*: ALMEIDA, Joaquim Anecio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000, p. 145 - 179.

CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Planejamento do turismo em espaços rurais. *In*: **Anais - VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009** – Universidade Anhembi Morumbi – UAM / SP, 2009.

CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Turismo em espaços rurais de Sergipe: realidades e perspectivas. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 92 - 109, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 3 - 24, 2010.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, Adyr Balasteri. (Org). **Geografia e turismo: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, p. 94 - 121, 1996.

FERREIRA, Brancolina; BALSADI, Otávio Valentim; FREITAS, Rogério Edivaldo; ALMEIDA, Alexandre Nunes. **Ocupações agrícolas e não agrícolas: trajetória e rendimentos no meio rural brasileiro**. Brasília DF: IPEA / EMBRAPA, 2006.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

CARVALHO FILHO, Orlando Monteiro de; SÁ, José Luiz de; ARAÚJO, Gherman Garcia de; SÁ, Cristiane Otto de. Produção de leite em sistema agroecológico no semiárido sergipano. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1585 – 1588, 2007.

FONSECA, Ellen Monique Carvalho. **Rota Caminhos da Serra de Itabaiana/SE**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo, Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2020.

FRAGA, Érica Emília Almeida. **A indicação geográfica sob a perspectiva dos produtores de queijo coalho de Nossa Senhora da Glória – SE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

FUCKS, Patrícia Marasca; SOUZA, Marcelino de. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio, da paisagem e da cultura. *In*: SANTOS, Eurico de

Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri SP: Manole, 2010, p. 96 – 108.

HOSKEN, Fábio Morais. Implantação e estruturação de empreendimentos de turismo no espaço rural: roteiro para elaboração de projetos. *In*: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri SP: Manole, 2010, p. 168 – 194.

GARBOSSI, Milena Cardoso; ANTONELLO, Ideni Terezinha. O Turismo Rural como Possibilidade de Resistência do Modo de Vida Camponês. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 17, n. 42, 2024.

GEDIEL, Ana Luísa Borda; FROEHLICH, José Marcos; Multifuncionalidade: o rural como espaço terapêutico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, p. 1021 - 1024, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

IBARGOYEN, Atilio Duarte. Empreendedorismo e turismo rural: a experiência da Fazenda Palomas (RS). *In*: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri SP: Manole, 2010, p. 195 – 208.

IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; MELO, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1 - 7, 2005.

KLOSTER, Silvana; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. **Desenvolvimento em questão**, v. 12, n. 27, p. 66 - 94, 2014.

LIMA, Letícia Bianca Barros de Moraes. **O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe**: uma análise sob a perspectiva dos modelos *Sistur* e *Talc*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão SE, 2011.

LOUREIRO, Kátia Afonso da Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: FUNCAJU, 1999.

LOZANO, Rodrigo. Para uma melhor incorporação da sustentabilidade nos sistemas das empresas: uma análise das iniciativas corporativas voluntárias. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p. 14 - 26, 2012.

MARAFON, Gláucio José. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Revista Campo - Território**, v. 9, n. 18, 2014.

MATTEI, Lauro. Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas. *In*: PORTUGUEZ, Anderson Pereira *et al.* (Org). **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006, p. 135 - 144.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, José Natan Gonçalves da; SANTOS, Samuel dos. Queijo de Coalho Caseiro: a tradição como ativo territorial no município de Porto da Folha. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 3, p. 52 - 71, 2012.

MIECOANSKI, Flavia Regina; CANTERLE, Nilsa Maria Guarda; CERETTA, Gilberto Francisco. Turismo Rural e Sustentabilidade: O Caso da Associação “Caminhos Do Marrecas” em Francisco Beltrão PR. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 643 - 663, 2018.

MILLAN, Caroline Cardoso; COSTA, Cassiane da. Turismo rural na Fronteira Brasil - Uruguai: desafios e potencialidades em tempos de pandemia de COVID-19. **Revista Thema**, v. 20, p. 387 - 406, 2021.

NAKATANI, Márcia Shizue Massukado; GOMES, Ewerton Lemos; NUNES, Mylena Palazzo. A promoção e comercialização de localidades como produtos e destinos turísticos: aplicando os conceitos de publicidade e propaganda no turismo. *In: Anais - XIII Seminário da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo*. ANPTUR: São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, 2021.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2005.

NUNES, Irene. **Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra / Portugal, 2009.

OMT Organización Mundial del Turismo. **El Turismo Rural em las Américas y su contribución a la creación de empleo y a la conservación del patrimonio**. Asunción, 2003.

PAGE, Stephen J.; GETZ, Don. **The business of rural tourism: international perspectives**. Reino Unido: The Alden Press Oxford, 1997.

PARRA, Cecília de Souza; SILVA, Carolina Priscila; CHEHADE, Michelle Bellintani. Agroturismo como fonte de renda para pequenos agricultores. **Revista Científica Eletrônica Turismo**, v. 3, n. 7, p. 1 - 7, 2007.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Lazer e natureza no turismo rural. *In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003, p. 131 - 156.

PIRAN, Nédio. **Agricultura familiar: lutas perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: EDIFAPES, 2001.

RAMOS, Márcio André Soares. **Shopping da Caatinga: possibilidades para o turismo de experiência no assentamento Florestan Fernandes em Canindé de São**

Francisco/SE. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo, Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.

SÁ, Cristiane Otto de; MARINHO, Glenda Lídice de Oliveira Cortez; SÁ, José Luiz; RONER, Márcia Nunes Bandeira; NASCIMENTO, Irinéia Rosa; SÁ, Francielen Paola. Sustentabilidade dos sistemas de produção dos agricultores familiares e produtores de queijo em Nossa Senhora da Glória, semiárido sergipano. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 3, p. 26 - 39, 2012.

SÁ, Cristiane Otto de; MOTA, Dalva Maria da; SÁ, José Luiz de; GOMIDE, Carlos Augusto; SCHMITZ, Heribert. Desenvolvimento sustentável da Bacia Leiteira de Nossa Senhora da Glória no semiárido sergipano. *In: Anais - Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Florianópolis: Embrapa, 2005.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SANT'ANNA, Eduardo Silva; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. O papel do apego de residentes ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 18, 2024.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. *In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri SP: Manole, 2010, p. 60 – 79.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antônio Carlos; RODRIGUES, Larissa Prado. Turismo no nordeste do Brasil pós-pandemia de COVID-19. *In: BAIDAL, Josep A. Ivars; SOARES, Jennifer Caroline. El turismo poscovid em Iberoamérica: recuperación y/o transformación?* Madrid: CYTED, 2024, p. 123 – 154.

SANTOS, Elis Gardênia dos. **Cenários do turismo rural de base comunitária: atuação do projeto Dom Távora na microrregião de Brejo Grande SE**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (org.). Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

SCHELER, Eduardo Donizeti; CAVICHIOLI, Fábio Alexandre. Viabilidade de silagem de milho para o gado leiteiro. **Revista Interface Tecnológica**, v. 18, n. 1, p. 265 - 275, 2021.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Turismo em Comunidades Rurais: Inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. *In*: Ministério do Turismo. **Diálogos do Turismo**: Uma viagem de inclusão. Brasília, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio, SCHNEIDER, Sergio. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93 - 140.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36 - 59, 2015.

SEBRAE. **Circuito dos umbuzeiros**: o que atrai turistas para o sertão sergipano. 2023a. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/circuito-dos-umbuzeiros-o-que-atrai-turistas-para-o-sertao-sergipano,6115ceb233406810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SEBRAE **PIB de Nossa Senhora da Glória**. 2023b. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/nossa-senhora-da-gloria?selector739id=option>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SENAR SERGIPE, 2024. **Concurso de Queijos Alto Sertão será realizado durante a ExpoGlória 2024**. Disponível em: <https://senarsergipe.org.br/senar-sergipe-promove-concurso-de-queijos-alto-sertao-durante-a-expogloria-2024/>. Acesso em: 14 set. 2024.

SERGIPE Empresa de desenvolvimento agropecuário de Sergipe - EMDAGRO. 2019. **Informações básicas municipais**: Nossa Senhora da Glória SE. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Nossa-Senhora-da-Gl%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SERGIPE Secretaria de Estado do Turismo. **Cartilha de Orientação**: Mapa do Turismo. Aracaju SE: Secretaria de Estado do Turismo, 2022.

SERGIPE Secretaria de Estado de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Costa dos Coqueirais**. Aracaju SE: Secretaria de Estado de Turismo, 2013.

SERGIPE Secretaria de Estado de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Velho Chico**. Aracaju SE: Secretaria de Estado de Turismo, 2012.

SILVA, Glaubécia Teixeira da; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. **Roteiro turístico**. Manaus: Centro de Educação Tecnologia do Amazonas, 2010.

SILVA, Luís. **O Turismo em espaço rural**: Um estudo da oferta dos promotores. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006.

SILVA, Nivaldo Pereira da; FRANCISCO, Antônio Carlos de; THOMAZ, Marcos Surian. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 2, p. 22 - 37, 2010.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUSA, Bruno; QUESADO, Patrícia. A segmentação de mercado e os custos organizacionais: uma abordagem ao Agroturismo. **Custos e agronegócio online**, v. 16, n. 2, p. 22 - 37, 2020.

SOUZA, Cynthia Oliveira de. **Perspectivas de política pública de turismo rural no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane; RODRIGUES, Renata Gonçalves. Turismo rural: conceitos, tipologias e funções. *In*: SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schimidt. (Org). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019, p. 23 - 40.

SPANVELLO, Rosani Marisa; DOEGE, Ana Maria Nunes; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em questão**, v. 17, n. 48, p. 250 - 265, 2019.

STRASSBURGER, Nândri Cândida; COLTRE, Sandra Maria; FERREIRA, Welinton Camargo. Turismo rural e agricultura familiar no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista Grifos**, v. 32, n. 59, p. 01 - 26, 2022.

TAVARES, Adriana de Menezes. **City Tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. *In*: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri SP: Manole, 2010, p. 2 – 22.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Série textos para discussão**, n. 1. Brasília: NEAD. CDR, 2001.

VIEIRA, Lício Valério Lima; SOARES, Roberta Nascimento Gonçalves. Produtos associados ao turismo com potencial de indicação geográfica na Rota do Sertão de Sergipe. **Turismo em Foco**, v. 2, p. 29 – 42, 2018.

VILELA, Grazielle Júnia Pereira; COSTA, Helena Araujo. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003 - 2022). **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 115 – 132, 2020.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. Roteiros turísticos: definindo uma base conceitual. *In: Anais - Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 15, p. 1 - 4, 2010.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Turismo no espaço rural**: Ensaio de uma tipologia e outros conceitos. Curitiba: CRV, 2020.

ZANELLA, Maria Elisa. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 36, p. 126 – 142, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

APÊNDICE A

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa intitulada Turismo rural e cultura leiteira: investigando a potencialidade do espaço rural de Nossa Senhora da Glória/SE de autoria de Vinícius Costa Góis, graduando em Turismo do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos Campos. A pesquisa tem como objetivo discutir meios sustentáveis para dinamização econômica das pequenas propriedades rurais produtoras de leite localizadas no município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, a partir da unificação entre as atividades rurais e o turismo. Assim sendo, a sua participação será de suma importância para a elaboração desse trabalho.

Roteiro de entrevista com produtores rurais

1. O que o Sr. / a Sra. entende por turismo? E por turismo no espaço rural?
2. O Sr. / a Sra. tem conhecimento das possibilidades de realizar turismo no espaço rural, tendo a cultura leiteira como um atrativo turístico?
3. Diante desses benefícios, o Sr. / a Sra. e sua família estariam dispostos a abrirem a propriedade, e compartilharem as suas rotinas no campo com turistas, transformando assim, a propriedade em um empreendimento de turismo rural?